



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Bruna Soares Pinheiro

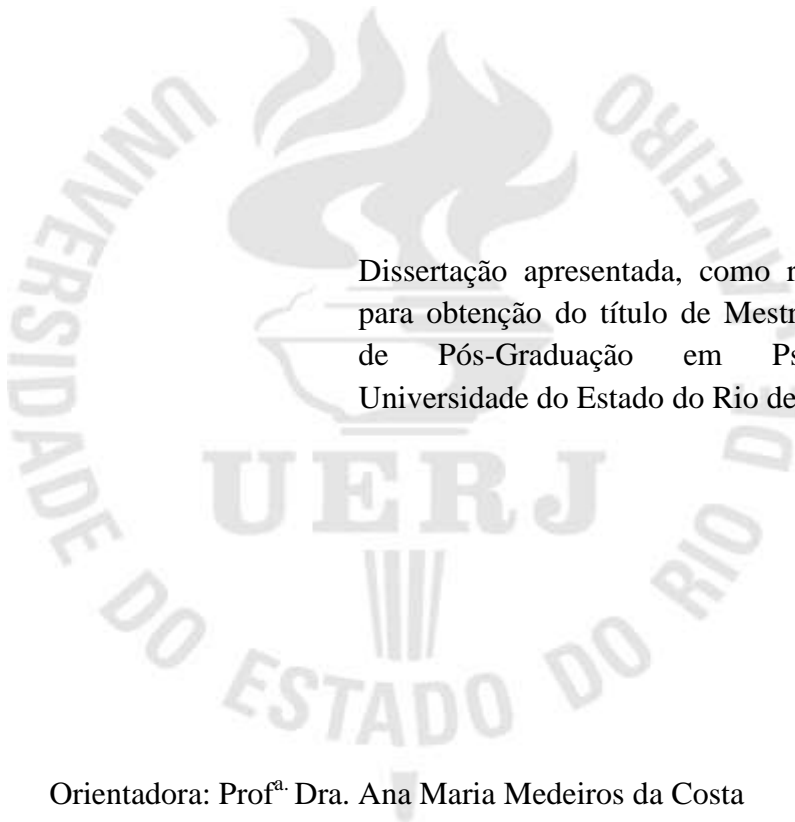
**No fio da navalha: considerações psicanalíticas
sobre a neurose e a banalidade do mal**

Rio de Janeiro

2013

Bruna Soares Pinheiro

**No fio da navalha: considerações psicanalíticas
sobre a neurose e a banalidade do mal**



Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Psicanálise, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Maria Medeiros da Costa

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P654 Pinheiro, Bruna Soares.

No fio da navalha: considerações psicanalíticas sobre a neurose e a banalidade do mal / Bruna Soares Pinheiro. – 2013.

78 f.

Orientadora: Ana Maria Medeiros da Costa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Instituto de Psicologia.

1. Neuroses – Teses. 2. Castração – Teses. 3. Psicanálise – Teses. I. Costa, Ana Maria Medeiros da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

Bruna Soares Pinheiro

No fio da navalha: considerações psicanalíticas sobre a neurose e a banalidade do mal

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 24 de junho de 2013.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Ana Maria Medeiros da Costa (Orientadora)
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof^ª. Dra. Sonia Elisabete Altoé
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof^ª. Dra. Fernanda Costa-Moura
Instituto de Psicologia - UFRJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

A Idália, pelo acolhimento e escuta decisivos.

Aos meus pais, pelos esforços de tantos anos.

E aos bons analistas.

AGRADECIMENTOS

Um mestrado, assim como a vida, não se faz sem desejo, sem batalhas, sem tropeços, sem apostas, sem perdas, sem ajudas e recomeços. Pelo menos, o meu foi assim! Agradeço enormemente aos apoios, apostas e amor que recebi pelo caminho – longo e “cheio de emoções” –, nomeadamente:

A Sonia Altoé, por ter aceitado o meu projeto inicialmente e depositado esperanças nele. Agradeço também por ter me ofertado a possibilidade de atender e participar do seu grupo de pesquisa, em que ricas trocas se deram.

A Ana Costa, por se dispor a assumir o barco mesmo depois de virado e em águas turbulentas. Agradeço a acolhida; além de sua escrita e transmissão tão inspiradoras.

A Fernanda Costa-Moura, por me ajudar a nomear coisas importantes, tendo feito a seguinte observação quando tudo ainda era incipiente: “o seu pré-projeto é um ato falho”. Agradeço a disponibilidade generosa, os retornos analíticos, as incontáveis ajudas, as pontuações precisas, o carinho e a aposta genuína.

Ao Fernando Tenório, por me apresentar o campo da saúde mental. Agradeço pelas trocas fecundas, pela aposta e indicações de toda ordem. E também pela disponibilidade de sempre, além da amizade.

Ao professor Marco Antonio Coutinho Jorge, pelas aulas esclarecedoras e por dizer coisas importantes.

A Claudia Garcia, pelo carinho, pelas trocas e pelo incentivo.

A Patrícia Albuquerque, Vanessa França e Luciana Massad, por partilharem comigo ricas lembranças de um trabalho difícil.

Ao homem público Pedro Gabriel Delgado, pela inspiração em muitos sentidos.

Aos bons companheiros da vida acadêmica, em especial Renata Mattos e Magali Milene.

A Carol (Martins), pela sensibilidade da escuta, pela amizade sincera e pela aposta de sempre.

Ao Flávio, pela amizade e ótimas risadas. Pela companhia parceira. E também pela afinidade nas angústias e inquietações com o mundo.

A Moniquinha, pela amizade e encorajamento. E pelo exemplo de reinvenção.

A Paulinha (Barcellos), pelas brincadeiras, mas também por acreditar.

A Marlise, pelo carinho e torcida.

A Luciane, por tudo e por nada. Pela paciência e colaborações de toda ordem.

A Gabi, pelo encontro e pelos bons momentos.

A Fê (Tornaghi), pela sensibilidade, pela acolhida necessária e bem-vinda e pela nossa “falação” tão interessante.

A Nanda e Ilana, pelo acolhimento, carinho e incentivo de sempre.

A Mari (Kusano), pelo entendimento sensível, pelos retornos muito pertinentes e pela troca afetuosa que só deixou saudades.

A Jô (Afonso), pelas palavras e carinho num dia tão significativo e tão ruim ao mesmo tempo.

Aos demais amigos queridos, por tudo!

Aos meus pais, pelo apoio em minhas escolhas. Pelo amor. Pelo respeito às diferenças. E pela transmissão do que é importante.

Às minhas irmãs, pela aposta e incentivo de sempre. E pelo bonito compartilhar da vida.

A Idália, pelo renascimento.

O céu de Ícaro tem mais poesia que o de Galileu.

Paralamas do Sucesso

Uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra pra frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita foi a criadora de minha própria vida.

Clarice Lispector

Como dizia Goya: “A razão cria monstros.” Cuidado com quem somente raciocina. Cuidado! Temos que raciocinar e sentir. E quando a razão se separa do coração, comece a tremer. (...) Eu acredito nessa fusão contraditória, difícil, mas necessária, entre o que se sente e o que se pensa. E se aparece um que só sente, mas não pensa, digo: é um sentimental. E se for um que só pensa, mas não sente, digo: ai, que medo! Esse é um intelectual! (...) Uma cabeça que rola.

Eduardo Galeano

RESUMO

PINHEIRO, Bruna Soares. *No fio da navalha: considerações psicanalíticas sobre a neurose e a banalidade do mal*. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esse trabalho disserta sobre a possibilidade de aproximação entre a neurose e a banalidade do mal, no sentido de verificar o que há em comum. Parte-se da aposta de que há algo em comum, principalmente ao se considerarem determinadas práticas coletadas em instituições de internamento. Pretende-se reunir fundamentos psicanalíticos que justifiquem tal relacionar. Com isso, articula-se a descrição da dinâmica das massas ao agir imprimido na banalização do mal, esmiuçando noções importantes à condução do tema – desde o desamparo fundamental, passando pela pulsão, identificação e chegando às questões do mal-estar e do mal banal. O específico recorte teórico proposto deve-se à necessidade de examinar a relação do sujeito à castração, observando-se, em especial, a configuração na qual prevalece certa apatia e desconsideração pelo outro, bem como um funcionamento estacionário e maquinal. Frente às questões suscitadas pelas experiências profissionais, indaga-se sobre a perversidade presente nas relações – perversidade enquanto traço e não enquanto estrutura clínica. E objetiva-se nesse percurso, ainda, situar o que é desaconselhável em termos de práticas referidas às instituições.

Palavras-chave: Neurose. Banalidade do mal. Massas. Pulsão. Identificação. Castração.

RESUME

Ce travail explore la possibilité d'un rapprochement entre la névrose et la banalité du mal, afin de vérifier ce qu'ils partagent. Le tout se base sur l'idée qu'il y a quelque chose en commun, en particulier lorsque l'on considère certaines pratiques recueillies dans les établissements hospitaliers de détention en santé mentale et établissements d'accueil pour adolescents. Ce travail a l'intention de démontrer les motifs psychanalytiques justifiant une telle relation. Également, il tente de faire le lien entre la dynamique des masses et la banalisation du mal, de développer les concepts importants du désarmement fondamental, en passant par la pulsion, l'identification pour terminer par les enjeux du malaise et du mal banal. Ce cadre théorique est proposé de manière spécifique en raison de la nécessité d'examiner la relation du sujet face à la castration tout en observant l'apathie qui prédomine et le mépris pour les autres, ainsi que le fonctionnement stationnaire et mécanique. Face aux questions soulevées par certaines expériences professionnelles, on peut s'interroger sur les traits de la perversité de les relations – et non de la structure clinique de la perversion. De plus, l'objectif est d'établir ce qui est contre-indiqué en termes de pratique dans les institutions de manière générale.

Mots clés: Névrose. Banalité du mal. Masses. Pulsions. Identification. Castration.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	CAMPO DO SUJEITO	18
1.1	Desamparo fundamental	18
1.2	Determinantes psíquicos	20
1.3	Sobre o fenômeno da crença	25
2	CAMPO DO OUTRO	29
2.1	A pulsão como conceito	29
2.2	Sobre a dinâmica pulsional	32
2.3	Processos identificatórios	35
2.4	A articulação pulsão – identificação	40
3	DA RELAÇÃO SUJEITO E LAÇO SOCIAL	48
3.1	Constituição psíquica e laço social	48
3.2	Do mal-estar ao mal banal	52
3.2.1	<u>O mal-estar</u>	53
3.2.2	<u>O mal banal</u>	55
3.3	Fragmentos de situações e de casos clínicos	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

A questão dessa dissertação nasceu do encontro – ou tropeção – com práticas generalistas, conservadoras e engessadas. A partir da constatação da naturalidade de determinadas cenas cotidianas que se disseminavam em duas instituições de internamento em que atuei¹ profissionalmente, interessou-me sobremaneira investigar a posição subjetiva na qual o sujeito (profissional) adota uma postura de aderir a mecanismos estagnados e antecipadores, que fixam os lugares do paciente e do profissional.

O que me intrigava e causava surpresa nessas situações era o fato de não ser nada incomum a ausência de estranhamento, de ponderação. No lugar disso, havia naturalização, apatia, desafetação. E essa ausência de reflexão sobre as escolhas e ações, juntamente com a reprodução mecanizada de atitudes me faziam lembrar da dinâmica das massas.

Associado a isso, li textos muito impressionantes nesse período, que embasaram melhor minhas indagações e inquietações a respeito, destacando-se, principalmente: *Perversão - um laço social?* e *A sedução totalitária* de Contardo Calligaris; *Só vim telefonar*, um conto de Gabriel García Marquez; e *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*, de Hannah Arendt. Todos me fizeram suspeitar de que talvez estivesse diante de uma questão maior. E isso me levou a interrogar o que exatamente leva alguém a radicalmente desconsiderar seu próprio julgamento, sua faculdade de juízo, e tornar-se assim incapaz de discernir, de ter um distanciamento crítico frente aos desígnios do contexto?

Percebi, algumas vezes, a existência de algo resistente às mudanças, avesso aos questionamentos e às inovações nesses locais. O que materializava, por sua vez, certa violência velada, que parecia estar relacionada à desafetação diante dos acontecimentos e ao não querer saber das consequências. Sendo isso escamoteado por procedimentos burocráticos e/ou por atuações profissionais engessadas e sustentado pelo mecanismo identificatório – essa se tornou a minha hipótese interpretativa.

¹ Diretamente em um caso – atendendo dentro da instituição – e indiretamente em outro – atendendo fora da instituição.

Não pretendo, no entanto, falar da instituição de forma abstrata, como um todo, nem generalizar as condições de internamento nos locais públicos. Até porque, por exemplo, a situação da instituição psiquiátrica em questão era muito mais agravada do que a do abrigo. Meu objetivo, apenas, é esmiuçar determinadas situações nas quais localizei algo em comum e que me levaram a pensar que talvez elas estivessem relacionadas à neurose, a determinado desenrolar neurótico.

Passo, então, às descrições pontuais das situações que me fizeram questão, para minimamente situar as instituições em pauta. Primeiramente, durante estágio como psicóloga em um serviço público de saúde mental, observei nitidamente a naturalização mencionada acima. Sendo interessante pontuar que se tratava de uma instituição bastante específica: um complexo psiquiátrico enorme,² com mais de 80 anos de história e cujo terreno fora em parte ocupado/invadido por pessoas em busca de moradia ao longo das últimas décadas – somando-se, assim, às casas outrora construídas para os funcionários³ de então, que ainda residem por lá. O local apresentava, por isso, algumas favelas⁴ e tráfico de drogas.

Era tão nítida a percepção da existência de algo resistente, que supus o tempo todo estar diante de uma 'força avassaladora' que tendia a engessar as práticas e a manter tudo como estava. Tanto é verdade que isso acarretou uma coleção de vidas desperdiçadas; e digo desperdiçadas não tanto pela condição psicótica dos internos desse complexo psiquiátrico, mas pelo abandono e descaso de que foram alvo aqueles pacientes: anos a fio sem serem estimulados, sem terem nenhum investimento afetivo. Eles não recebiam um olhar diferenciado nem havia, muito menos, uma escuta que levasse em conta suas particularidades.

² Provavelmente o maior complexo psiquiátrico existente na cidade do Rio de Janeiro, pois possui diversos serviços espalhados pelo seu terreno: núcleos de acolhimento, CAPS, hospital geral, CAPSi, hospital psiquiátrico, lares de acolhimento (antigos pavilhões reformados que se transformaram em casas de pacientes, tendo copa, cozinha e sala de estar coletivas; ficando dentro do terreno do complexo) e um serviço de residência terapêutica; sendo “que [o complexo] chegou a ter cerca de 5 mil pacientes na década de 60 e hoje abriga 530 pessoas” (conforme matéria online de O Globo, em 29/09/09, intitulada “As duas faces da Colônia Juliano Moreira”). Desses mais de 500 pacientes atuais, “a média do tempo de internação (...) é de 40 anos”, embora, Bispo do Rosário, por exemplo – um dos pacientes mais conhecidos de lá – tenha permanecido 50 anos internado. (Em: <http://www.sms.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexview.htm?editionsectionid=165>).

³ Tratava-se, inicialmente, de “uma colônia agrícola, onde houvesse a convivência dos doentes com famílias ‘sadias’ (tratamento heterofamiliar), com as quais os pacientes passavam as horas do dia participando da rotina e de serviços domésticos na casa de funcionários da colônia. Esta foi inaugurada em 1924 como Colônia de Psychopatas- Homens, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, e em 1935, denominada Colônia Juliano Moreira.” (Em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/reportagem-psiquiatria-sem-preconceito>).

⁴ “Na década de 1980, comunidades começaram a crescer em torno das tradicionais casas dos funcionários e as primeiras favelas da região foram, nesta época, estabelecidas. Hoje, a Colônia Juliano Moreira abriga 11 comunidades, cerca de 30 mil pessoas” (Em: <http://rioonwatch.org.br/?p=5526>).

Lembrando que a maioria dos pacientes vinculados ao Serviço de Residências Terapêuticas no qual me inseri permaneceu internada na instituição durante décadas: alguns por 20, 30 anos, outros por 40, 50 anos e ainda aqueles que permaneceram mais tempo, sendo absolutamente corriqueiro encontrar em quase todos os prontuários o mesmo registro repetitivo: “paciente estável, procedimento mantido”, juntamente com um empobrecido resumo de suas histórias de vida. Nada mais constava: nenhuma riqueza de descrição clínica ou relato mais detido e pormenorizado nem qualquer fragmento de episódio ocorrido durante a longa internação. Não havia nenhuma linha sequer sobre os ‘comportamentos’ ou os avanços e retrocessos do paciente, por exemplo. Apenas linhas sucintas, repletas de palavras vazias e padronizadas, denotando o vínculo apático dos profissionais para com os pacientes. De modo que os prontuários deixavam transparecer a frieza e a impessoalidade daquelas décadas de relação/tratamento.

Acompanhando a história dessa instituição, nota-se o predomínio no tempo desse discurso desesperançoso e carente de apostas, que não supunha sujeito algum do lado do paciente e que violava sua condição de ser dotado de direitos e de desejos. Esse discurso empobrecido e objetualizante realmente parece manifestar a desconsideração pela complexidade que aqueles sujeitos punham em causa – não somente pela condição específica da psicose, mas também pela situação marginal de se encontrarem institucionalizados.

Feita essa breve contextualização, passemos ao momento em que estagiei no Serviço de Residências Terapêuticas do complexo, entre abril de 2003 e fevereiro de 2004. Lembrando que o serviço em questão fora previsto pela Reforma Psiquiátrica Brasileira⁵ e criado para ser um local de transição, de passagem, baseado na desinstitucionalização de pacientes longamente internados – conhecidos como ‘crônicos’⁶ –, com o objetivo de transferi-los para residências extra-hospitalares, que foram pensadas justamente como opção substitutiva ao modelo hospitalocêntrico.

Nesse serviço, nossa equipe se ocupava de receber e fazer a passagem gradual dos pacientes que tinham sido avaliados como tendo condições de sair da instituição e ir para as Residências Terapêuticas. Esse trabalho não somente vinha na contramão da herança histórica

⁵ Diz-se do conjunto de práticas e leis que reformaram a assistência ao psicótico, visando fornecer “uma outra resposta social” à loucura, diferente da praticada até então; constituindo-se em um movimento “político, social e também clínico”, que propiciou cidadania aos pacientes e a chance deles voltarem a circular pela cidade – Tenório propõe o seguinte enunciado resumido: tratou-se de “incluir o sujeito” (cf. 2001: pp. 11, 14, 15). Atualmente, tem-se estabelecida uma Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na lei 10.216/02.

⁶ A própria palavra ‘crônico’ talvez diga de uma suposição de permanência, de irreversibilidade, que fixa o lugar do sujeito, determinando frequentemente uma sensação de “caso encerrado”.

de abandono, descaso e desafetação institucionais, como, também, visivelmente ‘tocava na ferida’, no calcanhar de Aquiles do tema internação – visto que o hospital padecia por ter extrapolado seu alcance e esgarçado sua função, tendo se tornado local de moradia. Talvez por isso o serviço fosse alvo constante de rechaços e resistências por parte de funcionários de outros setores.

Trabalhar com a retirada de psicóticos institucionalizados de um grande asilo mobilizava muitos ‘ânimos’ e exigia, dentre outras coisas, a desmistificação quase que diária do estigma da loucura, uma vez que, até a consolidação da Reforma Psiquiátrica enquanto política pública no Brasil,⁷ que é algo recente no país, tinha-se como máxima que lugar de louco era no hospício e não circulando pela cidade nem morando em uma casa fora dos muros institucionais. Além dessa enraizada noção de que os pacientes eram incapazes, precisávamos lidar com o mito da periculosidade que os psicóticos supostamente representavam para a sociedade e para si mesmos.

Toda a equipe, então – desde os estagiários até o *staff* de enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatra –, procurava fazer um trabalho de investimento intenso nesses pacientes depositados e esquecidos por tantos anos, sendo orientada e supervisionada de acordo com uma linha de trabalho de inspiração psicanalítica.

Nosso trabalho consistia em acolher as dificuldades pessoais visando a singularidade e respeitando o tempo particular do caso a caso. Não se tratava de uma política generalista, quantitativa, voltada para fins estatísticos, mas sim de uma consideração atenta às possibilidades e recursos de cada um, tendo uma direção clínica e uma abordagem qualitativa. Ofertávamos oficinas terapêuticas; havia um espaço de escuta individual com psicólogo; traçávamos projetos terapêuticos com cada um deles separadamente; íamos inserindo-os paulatinamente no bairro e na cidade⁸ etc.

Tratava-se de um trabalho ‘personalizado’, pautado pelo respeito à diferença, que tentava não perder de vista as necessidades singulares. Para tanto, reuniões de equipe e supervisões clínicas eram realizadas semanalmente, nas quais tudo era discutido em equipe multidisciplinar. Organizávamos assembleias com os pacientes frequentemente, propiciando um diálogo entre eles e nós da equipe; e também realizávamos dois grupo-terapia conhecidos como “Porta de Entrada” e “Porta de Saída” – sendo a passagem dos pacientes dos pavilhões

⁷ Atualmente, temos estabelecida uma Política Nacional de Saúde Mental, que se apoia na lei 10.216/02.

⁸ Levando-os ao cabeleireiro, ao supermercado, ao barbeiro e manicure, ao cinema etc.

para o nosso serviço o tema principal do primeiro, e o tema principal do segundo: a posterior saída deles para as residências localizadas fora do complexo manicomial.

Empenhávamo-nos em fornecer uma assistência digna aos pacientes: dando-lhes outro lugar subjetivo, diferente daquele que havia sido dado e consolidado pelo discurso institucional tradicional. Éramos, nesse sentido, um serviço de ruptura, engajado na “clínica da reforma psiquiátrica”⁹ – cuja inspiração é a psicanálise.

Veza ou outra, contudo, esbarrávamos em entraves burocráticos e políticas institucionais totalizantes, não sendo incomum, por exemplo, o assistencialismo, as práticas mecanizadas, as redes de relacionamento ‘promíscuas’ entre antigos funcionários e alguns pacientes etc. E, em contrapartida, oferecíamos como resposta uma direção de tratamento destoante dessas práticas, visando, com isso, romper a paralisia institucional dominante, que já havia causado tantos males e asfixia aos sujeitos.

A lide recorrente com esse contexto me fazia perceber não somente uma resistência às mudanças, mas uma verdadeira busca por estagnação. O entorno parecia enunciar a intenção de manutenção da operacionalidade, da impessoalidade e da padronização da clínica. E eu achava que, provavelmente, o que estava por detrás disso era a pretensão de se fornecer um cuidado universalizante, integral.

Pude entender, assim, que, para a cultura manicomial ter se estabelecido e se consolidado de tal maneira durante tantos anos, havia sido necessário o funcionamento de uma burocracia engessada, que ditava regras caprichosa e viciosamente; o que somente fora possível graças à atitude mantenedora dos profissionais, que se deixaram tomar pelos ‘valores’ asilares totalizantes, preferindo a mecanização de suas práticas em lugar do enfrentamento do desafio, da dificuldade de inventar saídas para o impossível da clínica. Era assim que eu enxergava aquela situação.

No segundo caso em questão – o abrigo –, também havia uma clientela ‘internada’ que passou a residir no serviço, embora temporariamente. O abrigo apresentava alguns pontos semelhantes à descrição anterior – apesar de serem situações bastante diferentes. Tratava-se, nesse caso, de um abrigo público para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, ou seja, que apresentavam alguma situação de risco familiar – como maus tratos, abuso sexual,

⁹ Fernando Tenório nomeia dessa maneira o trabalho que se tenta fazer nos serviços de saúde mental após a Reforma Psiquiátrica, pois a psicanálise teve e ainda tem papel importante no sentido de incitar a se considerar o sujeito.

negligência ou abandono da família e dos parentes –, no qual a clientela permanecia residindo durante alguns meses ou anos. Sublinha-se que, apesar do perfil atual do abrigo, inicialmente o local havia sido construído para ser um reformatório de adolescentes infratores, possuindo, ainda, grades e muros altos à época em que tive contato.

Durante aproximadamente dois anos (2008-2010), atendi ambulatorialmente¹⁰ – fora da instituição – algumas dessas crianças e adolescentes abrigados. E pude perceber certas vezes, no trato com alguns profissionais do serviço, um olhar cristalizado sobre aqueles sujeitos internados. Tais profissionais concluíam de forma exageradamente precipitada, antecipando interpretações em vez de deixar os meninos falarem – não davam, nesses casos, oportunidade para eles se colocarem e darem a sua versão para o ocorrido. Esses profissionais também não pareciam contextualizar suas práticas.

De modo que isso suscitava em mim o questionamento sobre a implicação que tal engessamento do lugar do paciente poderia acarretar. Quais as consequências do cuidado que não escuta, que não dá voz ao sujeito, deixando de acolhê-lo e não dando lugar às particularidades de cada caso e das situações diversas? Essa era a inquietação que me acompanhava em ambas as instituições.

Sendo assim, lancei mão de articular a neurose e a dinâmica das massas – proposta por Freud em *Psicologia de grupo e análise do ego* – com a banalidade do mal – proposta por Arendt em *Eichmann em Jerusalém*. Até porque, nesse trabalho de 1921, Freud situa a enorme dificuldade que é o convívio – exemplificado com a fábula do porco-espinho – e atenta para o fato de que as massas visam uniformização, não sendo isso uma excepcionalidade, uma vez que o funcionamento delas é instituído na nossa civilidade – então, por exemplo, a reprodução de preconceitos, a opinião pública, o uso automático e viciado de expressões etc. testemunham disso, bem como o Exército e a Igreja comprovam o mesmo, segundo ele.

Ciente da dificuldade dessa empreitada, de tratar de um assunto que verdadeiramente se situa na dobradiça, tema tão complexo e fronteiro que evidencia a tensão insolúvel entre a psicologia individual e a de grupo, arrisquei-me a prosseguir avançando nessa direção, no intuito de tentar dar conta teoricamente do que a experiência havia suscitado em mim. Sendo assim, a partir da percepção de algo que se expressava coletivamente e se manifestava singularmente nos sujeitos, propus encaminhar a dissertação fazendo um recorte específico, limitado; tendo esbarrado, frequentemente, na dificuldade de não generalizar.

¹⁰ Mais precisamente, no Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ.

Tomei de empréstimo a expressão arendtiana banalidade do mal, na aposta de que ela pudesse ajudar a entender as situações recolhidas do cotidiano institucional. Contudo, tratou-se de um empréstimo livre, já que meu foco sempre fora a discussão estrita ao campo propriamente psicanalítico. De modo que optei pelo não aprofundamento do termo em outros campos teóricos, tendo em vista a circunstância plural em que, por si só, a noção já havia despontado – durante o julgamento de um burocrata nazista; observação que gerou uma série de análises diferenciadas: de cunho filosófico, político, histórico, sociológico, jurídico, entre outros –, e que mais poderia me atrapalhar do que elucidar.

Muito embora as duas experiências institucionais que abordo aqui tenham sido diferentes, apresentando histórias, contextos e encaminhamentos distintos, assim como profissionais variados, ambas trouxeram para mim o mesmo ponto: como nós, profissionais, agimos dentro das instituições de cuidado, principalmente as de internação? A pesquisa iniciou-se, então, na tentativa de fazer dialogar todos esses pontos por mim levantados.

Organizei a dissertação do seguinte modo: o primeiro capítulo, intitulado *Campo do sujeito*, aborda a constituição do sujeito, trabalhando o desamparo fundamental, juntamente com os determinantes psíquicos e o fenômeno da crença. O segundo capítulo, intitulado *Campo do Outro*, traz a pulsão e sua dinâmica, o mecanismo identificatório e a articulação entre ambos. E o terceiro capítulo, intitulado *Da relação sujeito e laço social*, aprofunda a constituição psíquica e seu vínculo ao laço social, abarcando, assim, o mal-estar, o mal banal e o esmiuçamento e a análise das situações colhidas nas instituições.

Finalizo essa introdução situando resumidamente meu interesse por investigar o tipo de vínculo que o sujeito estabelece quando compactua e colabora com sistemas desumanos, sem aparentemente ser um fora da lei, um ‘carrasco’, um perverso de estrutura. Minha hipótese é de que a complacência e a cumplicidade da maioria são absolutamente necessárias para manter uma unidade coesa, um todo reunido. Passemos à análise mais detida desses assuntos.

1 CAMPO DO SUJEITO

1.1 Sobre o desamparo fundamental

Sabemos como Freud foi sensível à condição de 'insuficiência' da espécie humana, situando a tamanha importância do olhar, da presença e da acolhida de um adulto para a organização psíquica e até mesmo, como Lacan nos ensina, para o estabelecimento de uma unidade corporal no pequeno *infans*.

Em *Projeto para uma psicologia científica* (1895), pela primeira vez Freud fala de nossa incapacidade para fazer cessar a tensão interna provocada pelo “estímulo endógeno”; dizendo com isso que não temos os meios para realizar a “ação específica” necessária que nos faça sair do estado excitatório. Essa insuficiência, por sua vez, nos impõe a necessidade de recorrermos à “ajuda alheia”, ao auxílio de um outro,¹¹ de modo que assim fica patente nosso desamparo fundamental (*Hilflosigkeit*). Lembrando, ainda, que é justamente nesse ponto nevrálgico que Freud identifica a especificidade mesma de nossa espécie.

Para falar dessa relação absolutamente necessária, porém instável e delicada, que temos com o outro, Freud (1921) resgata a fábula de Schopenhauer sobre o porco-espinho, que descreve a situação quase sempre desconfortável desse animal, obrigado a se aproximar dos demais de sua espécie para, assim, poder trocar calor no frio rigoroso em que vive, embora, ao fazê-lo, acabe sempre se machucando com os espinhos dos outros e machucando os demais com os seus próprios espinhos. Ao se aproximarem demais, os porcos-espinhos têm êxito em obter calor e se aquecer, mas somente à custa de ferimentos mútuos; até que, tornando-se insuportável essa situação, eles se distanciam e retornam à condição anterior de frio solitário.

O resgate da fábula serviu para Freud introduzir essa metáfora muito precisa que situa nossa difícil relação com o semelhante. Ela traz a dimensão do insuportável que o próximo (*Nebenmensch*)¹² nos suscita e, ao mesmo tempo, evidencia a relação de dependência

¹¹ Cf. Freud, 1895/1995, pp. 31, 32.

¹² Termo utilizado por Freud, em 1895, no “Projeto para uma psicologia científica”.

irremediável que temos para com o outro, bem como mostra a ambivalência sempre presente nessa relação – lembrando-se que nossa própria sobrevivência depende dos outros.

Na verdade, Freud (1930/1997) foi exímio em apontar nosso radical desamparo frente a um mundo avassalador, que sistematicamente apresenta empecilhos que contrariam o nosso projeto de ser feliz – empecilhos tais como: as relações que temos com o mundo externo/natureza, com o nosso próprio corpo e com os outros.

Em *O mal-estar na civilização* (1930/1997), o autor correlaciona, por exemplo, o fenômeno religioso à questão do desamparo e da necessidade que temos de proteção de um pai. Isso parece indicar que o desamparo é um tema maior, irresoluto e que verdadeiramente nos acompanha ao longo da existência, marcando irreversivelmente a constituição psíquica – o que aparece sintetizado em citação de 1915, por exemplo: “Imaginemo-nos agora no lugar de um ser vivo vulnerável e desamparado, e ainda desorientado no mundo, mas que já comece a receber estímulos captados por sua substância nervosa.” (FREUD, 1915/2004, p. 146)

Fiel ao psicanalista vienense, Lacan (1959-60/1997) também aborda a vulnerabilidade radical presente na condição humana, mas o faz em outros termos. Ele resgata Lutero, por seu estilo incisivo, o qual dizia literalmente o seguinte: ‘*Sois o dejetos que cai no mundo pelo ânus do diabo*’ (LUTERO *apud* LACAN, p. 118, grifo nosso). Lacan se apropria do pensamento desse “profeta” justamente por ele localizar de forma crua, verdadeira e contundente “nossa derrelição, nossa queda num mundo em que caímos no abandono”, como defende o psicanalista francês (1959-60/1997, p. 118).

Isso é absolutamente condizente com o entendimento freudiano acerca do desamparo e da inexistência de um propósito natural para a nossa existência, sintetizados nas seguintes passagens: “A questão do propósito da vida humana já foi levantada várias vezes; nunca, porém, recebeu resposta satisfatória e talvez não a admita”; e “o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer” (FREUD, 1930, pp. 23, 24).

Como vemos, Lacan deu ainda mais ênfase e destaque à pungente descoberta freudiana sobre nosso tamanho exílio no mundo. Fazendo-se necessário explicitarmos as razões para essa condição tão tragicamente desamparada. Primeiramente, podemos apontar, com Lacan, nossa determinação linguística a partir do Outro como razão para tanto. Além disso, devemos mencionar o aspecto pulsional que também nos determina.

Essas duas dimensões foram bastante aprofundadas e explicitadas por Lacan ao longo de todo o seu percurso, tendo sido antes descobertas e trabalhadas por Freud, só que de outro modo – por ele não possuir o rico arsenal teórico a que Lacan teve acesso, não dispondo, por exemplo, da linguística saussuriana. Retomaremos, no item seguinte, essas duas dimensões determinantes do sujeito – a languageira e a pulsional – a fim de embasar melhor o presente estudo.

1.2 Os determinantes psíquicos e a constituição do sujeito

O nascimento do bebê não é suficiente para falarmos em psiquismo, pois o sujeito de que nos fala a psicanálise lacaniana não deriva da biologia. O sujeito não irrompe da genética, ele não está dado naturalmente. Ao contrário, a assunção psíquica depende de uma série de fatores, dentre os quais destacamos a incidência do Outro da linguagem – ponto fundamental que produz uma série de consequências, às quais iremos brevemente abordar aqui.

Lacan (1960; 1964; 1965-1966) afirma ser vitalmente necessário o *infans* submeter-se ao Outro para, no ‘a posteriori’, organizar-se e constituir-se subjetivamente, dando notícias da irrupção de um sujeito na cadeia significante, que assim poderá vir a operar com as leis da linguagem.

O psicanalista define o Outro enquanto “lugar do tesouro do significante” (LACAN, 1960/1998, p. 820), que exerce papel indispensável na estruturação psíquica ao marcar irreversivelmente o bebê – referimo-nos à mortificação do ser pelo significante. Somente com essa filiação do *infans* à lei do significante é que a criança pode vir a se situar no universo simbólico. Essa operação é essencial e funda o sujeito (cf. 1964/1998, p. 199), sendo chamada de alienação. O Outro aparece, então, como pré-condição para o surgimento do sujeito do inconsciente; sendo a constituição do psiquismo efeito do assujeitamento, do submetimento à linguagem. E, assim, a noção de sujeito em Lacan se sustenta a partir do Outro.

É preciso salientar o ineditismo da proposição lacaniana ao conceber a emergência do sujeito, sua própria fundação, como estando necessariamente condicionada e atrelada ao campo discursivo. O sujeito para Lacan (1960/1998), em suma, é radicalmente “definido por sua articulação pelo significante” (p. 819), sendo o que um significante representa para outro

significante (cf. p. 833). E foi distinguido teoricamente do Eu enquanto instância psíquica, assim como do indivíduo e da tradicional noção filosófica de sujeito. Para Lacan, é:

o sujeito do significante, tal como o articulamos no ano passado. Veiculado pelo significante em sua relação com outro significante, ele deve ser severamente distinguido tanto do indivíduo biológico quanto de qualquer evolução psicológica (LACAN, 1965-66/1998, p. 890)

Lacan propôs, ainda, supormos um tempo mítico na relação mãe-bebê: um tempo logicamente anterior à assunção da fala e da ordem simbólica, como se prévio à incidência da linguagem; tempo no qual, apenas teoricamente, haveria continuidade entre mãe e *infans*, formando uma unidade. Esse momento original de fusão imaginária entre bebê e Outro veicularia um gozo absoluto, propiciando a ilusão de completude; um tempo sem notícias de perda, de falta; um momento de ‘corpo sem falhas’¹³ em suma. Lacan equivale esse hipotético período ao mito do pai da horda primeva em Freud.

O autor tenta assim sinalizar, dentre outros motivos, como a relação entre bebê e adulto que o cuida é bastante peculiar. Mostrando-se indispensável uma intervenção terceira,¹⁴ no sentido de fazer operar uma distinção, um corte entre estes campos inicialmente indistintos – sujeito-Outro.

Essa distinção, por sua vez, somente se efetiva ao fim da segunda operação fundamental de constituição do sujeito: ao fim da separação – passagem que não é automática. É quando se veicula uma perda, a partir do descolamento desses campos. Isso faz irromper no bebê a dúvida sobre o que o Outro quer dele. Trata-se de um ponto de furo, de indeterminação, em que não há como a criança saber exatamente o que ela significa para o Outro. Lacan nomeia essa questão existencial, esse ponto indeterminado, utilizando a expressão *Che vuoi?* – que, mais do que expressar uma dúvida, expressa verdadeiramente um enigma insondável referente ao desejo do Outro. O psicanalista localiza e expressa a questão nos seguintes termos: “O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro” (LACAN, 1964/1998, p. 203).

Esse momento faz surgir um ponto irrepresentável para a criança, impossível de ser plenamente simbolizado. A separação se constitui nesse segundo tempo em que o Outro se

¹³ Expressão utilizada por Costa em “Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência” (2001, p.110).

¹⁴ Leia-se: a entrada em cena do significante do Nome-do-Pai como operador simbólico – operação nomeada de função paterna.

mostra faltante, inconsistente, castrado e, por isso mesmo, desejante. É diante disso, frente a esse impossível de saber, que a criança se vê convocada, constrangida, forçada a produzir uma resposta. “O enigma é algo que nos força a responder, na qualidade de perigo mortal” – afirma Lacan.¹⁵ Ou seja, urge metaforizar esse vazio, esse furo de significação; e é pela linguagem que a criança vai tentar mediar o tal desejo, substituindo-o por um nome, metaforizando-o, nas palavras de Fink (1998, p. 80): é “através da nomeação do desejo do Outro materno”.

É assim que a criança acaba forjando uma ficção, uma narrativa – uma historietinha inventada – para o enigma instaurado pelo desejo do Outro, na tentativa de diminuir ao máximo a angústia e o sofrimento causados por tamanha ausência de saber. Isso irá fazê-la minimamente dar conta da inconsistência do Outro, de modo que podemos sintetizar da seguinte forma: ao *Che vuoi?*, o sujeito responde construindo uma fantasia fundamental, no melhor dos casos (LACAN, 1964/1998, pp. 193-217; VALAS, 2001, p. 72; FINK, 1998, p. 93).

O *infans*, em resumo, se aliena aos significantes do Outro e tem necessariamente que perder algo de si para vir a se tornar sujeito; sendo que o que ele perde é o seu *ser*, sua unidade imaginária com o Outro, o que lhe deixa como saldo uma ‘vida decepada’. É o que Lacan (1964) aponta com a máxima hegeliana da ‘bolsa ou a vida’,¹⁶ em que fica evidente a necessidade de escolha, na qual ou se escolhe ficar com a bolsa – perdendo-se tudo, tanto a bolsa quanto a vida –, ou se escolhe ficar com a vida – impondo-se a necessidade de aceitação da castração, donde jamais se estará completo, haja vista a irremediável perda colocada.

Colocando com mais precisão, é a partir de um ato que os três elementos fundamentais são concomitantemente inaugurados: significante, hiância (vazio) e sujeito; sendo verdadeiramente radical a subversão implicada na lógica lacaniana, que coloca o sujeito como efeito desse ato e não como causa ou agente, conforme Costa-Moura sublinha:

foi Lacan quem deu o passo decisivo de articular o advento do sujeito ao campo do Outro [...] É esta relação que gera tanto a diferença significativa (S1 diferente de S2) quanto a perda que chamamos a e um sujeito que padece a diferença significativa e responde por esta perda. (COSTA-MOURA, 2006, p. 150)

¹⁵ Lacan, 1969-70/1992, pp. 108-9.

¹⁶ Conferir Lacan, 1964/1998, lição XVI.

Na visada lacaniana, a condição humana é inteiramente discrepante da realidade dos animais, pois, enquanto eles se encontram condicionados por um instinto ligado à natureza – guiados por um saber inato –, nós estamos apartados do natural, exilados, submetidos à nossa relação ao Outro, nos debatendo com o fato de estarmos “à mercê da força bruta”,¹⁷ sem orientação nem lugar garantidos.

A constituição psíquica e as experiências que se têm na vida são em parte definidas por essa incidência simbólica que, mais do que decodificar um mundo pré-existente e nomear as coisas da realidade, verdadeiramente recorta e constitui um mundo para nós, dando existência às coisas, colocando-as no nosso mundo. Nas palavras de Lacan:

mostrei que isso [a relação significante-significado] só era manejável e eficaz se ali incluíssemos a função do sujeito no estado original. **Não** se trata de reduzir a função do significante à nomeação, isto é, uma etiqueta colocada sobre uma coisa. É deixar escapar toda a essência da linguagem. (LACAN, 1964/1998, p. 224 - grifo nosso)

Talvez por isso, no seminário sobre a Ética da Psicanálise, o autor afirme que apenas tateamos a realidade, que a realidade não existe em si, que ela não está dada nem pronta de saída para nós, devendo mesmo ser construída a partir do arsenal linguístico disponibilizado pelo Outro. O que se coaduna com a descoberta freudiana de que a realidade não é objetiva, ela é psíquica.

Lacan sublinha que esse processo de simbolização é limitado, havendo uma falha fundamental, já que não há *pari passu* entre o vivido e o narrado. Há sempre um descompasso irresoluto, no qual as dimensões do acontecimento e da fala inequivocamente não coincidem. Isso, por sua vez, coloca em evidência a insuficiência, a incapacidade do simbólico para abarcar e capturar completamente a experiência, revelando a disparidade da relação significante-significado, na qual é impossível o colamento, o pareamento, a identificação entre ambos.

Não é factível colocar toda a experiência vivida em palavras, algo inevitavelmente sempre escapa. Não sendo possível domesticar todo o real. Vemos, então, como a complexidade da existência transborda e ultrapassa a malha significante. A operação simbólica se mostra faltosa e frustrante sempre, conforme aponta Maurano:

¹⁷ Termo utilizado por Freud para falar da pulsão em o “O mal-estar na civilização” (1930/1997, p. 49).

A trama simbólica, a rede de significantes, não consegue, portanto, propiciar todos os elementos de sustentação para a existência. [...] A ideia de uma existência singular, que abriga questões como ‘de onde vim?’, ‘com que finalidade?’ e ‘para onde vou?’, torna o significante impotente para responder (MAURANO, 2006, p. 219)

Lacan é peremptório: não existe nada capaz de resolver esse ponto e nos apaziguar, nos amparar definitivamente. Nada pode reparar essa ‘falha’ que em realidade nos é constitutiva e que faz do registro simbólico um sistema inconsistente, incompleto.

Na realidade, essa incompletude do simbólico é, ao mesmo tempo, a potência e a fraqueza desse registro. Sendo daí, desse ponto nevrálgico, que surgem tanto as possibilidades humanas criativas, sublimatórias e o movimento do desejo, quanto as saídas capengas, destrutivas e a paralisia do gozo.

Em outros termos, não existem soluções resolutivas nem definitivas, existem apenas posicionamentos pontuais.¹⁸ Sendo fundamental lembrarmos Freud (1895/1995, p. 32) que vislumbrou exatamente nesse ponto a incidência de uma questão ética, dizendo-nos que: “o desamparo inicial do ser humano é a fonte originária de todos os motivos morais.”

Freud verdadeiramente inovou na consideração do aspecto ético, pois não o entendia como se originando a partir de um juízo consciente, referido à moral social dos bons costumes. Para ele, a ética referia-se, ao contrário, a um juízo inconsciente, não racionalizável, que teria a ver com os nossos posicionamentos em relação à falta, à castração, ao desejo, aos nossos sintomas. Muito embora o autor não tenha se expressado exatamente com essas palavras, é o que se pode depreender de sua práxis e do discurso que ela instaura.

O fato, então, de sermos seres de linguagem, em que “*um* significante não apresenta, isoladamente, poder de representação do sujeito e requer *continuamente* a remissão a *outro* significante” (JORGE, 2008, p. 105), traz uma série de consequências importantes, tais como: a instauração de uma cadeia que funciona metonímica e metaforicamente; a insuficiência do sistema simbólico; a transmutação da esfera da necessidade com a irrupção do pulsional; o desamparo como marca irrevogável de nossa espécie; e nosso exílio definitivo em relação a qualquer bem da natureza.

¹⁸ E esse é um ponto relevante para a nossa discussão mais ampla.

Conforme escreveu Millot (2001, p. 96), a linguagem “parasiteia” o nosso ser e “introduz nele o registro de um além da vida”, que faz surgir um comportamento “aberrante, paradoxal em relação ao seu ser biológico”. É assim que se introduz a dimensão pulsional. A pulsão sendo o efeito dessa incidência simbólica sobre o organismo vivo. Valas (2001) sintetiza a dimensão pulsional como sendo o “eco no corpo da incidência do significante” (p. 67). Elia (2007) a descreve como “instinto fragmentado e remodelado pelo significante” (p. 47), enquanto Garcia-Roza (2003) afirma que a pulsão é “uma perversão do instinto” (p. 16). Somente para citar algumas condensações feitas por comentadores conhecidos, a partir de Freud e de Lacan.

O pulsional aparece, portanto, como essa insubordinação violenta de nosso organismo biológico à natureza, sendo efeito do atravessamento, do corte operado pela linguagem sobre o nosso ser de carne. A insurgência da pulsão se refere à nossa relação com o Outro: “Para Lacan, a pulsão deve ser concebida como o efeito da **demanda do Outro**, da linguagem, em sua mais precoce incidência sobre o sujeito ainda nem mesmo constituído enquanto tal.” (JORGE, 2008, p. 50, grifo do autor) Aprofundaremos o conceito de pulsão assim como a dinâmica pulsional no capítulo dois.

1.3 Alteridade e o fenômeno da crença

Conforme vínhamos delineando, a condição subjetiva é marcada pela dupla determinação: a incidência do Outro da linguagem e a irrupção da pulsão enquanto efeito do atravessamento do significante sobre o ser de 'carne e osso'. Temos, com isso, não somente nossa constituição se dar a partir do Outro, mas também o fato de se efetivar uma desnaturação radical de nossa espécie, já que fomos forçados¹⁹ a nos submeter ao simbólico, sendo essa a nossa única garantia de sobrevivência.

Segundo Melman (1999), Freud descobriu que um saber operava em nós à nossa revelia: um saber inconsciente sobre o qual não exercemos domínio algum. Curiosamente, esse ‘saber que não se sabe’, conforme Lacan o coloca, é condicionante de nossas escolhas e caminhos na vida; sendo essa experiência – de ser determinado por algo desconhecido e não

¹⁹ Estamos na condição de assujeitados pela linguagem.

domesticável – desconcertante, absurda e violenta em certa medida, a tal ponto de nos fazer “atribuir um sujeito a esse saber” – o que nos parece uma defesa contra o fato insuportável de, no fundo, tratar-se de um “saber anônimo”, de uma “escritura” êxtima,²⁰ como Melman o coloca:

não pensamos que é um saber anônimo, ou uma escritura, organizada em um texto enigmático. Nós não deixamos de atribuir-lhe um sujeito, quer dizer que esse saber, para nós, se presta à suposição de que existe um sujeito que tem sua mestria, [...] suporte dessa crença e desse amor que serão também aqueles da fé. Há aí alguém, “há alguém” que sabe e que me guia no que eu tenho que fazer, na minha conduta, nos meus propósitos. (MELMAN, 1999, impresso)

A partir dessa constatação, Melman (1999) propõe a existência do que nomeia de “fenômeno da crença”. Para ele, a crença seria essa necessidade imperiosa colocada pelo desamparo fundamental: um fenômeno que se apresenta a todos, de estrutura, uma função subjetiva básica, fundamental.

A crença como um acontecimento exclusivo de nossa espécie se dá por estar relacionada a essa “escritura” anônima, que existe em função da ausência de saber natural e do desamparo do qual somos efeito. O fenômeno nada teria a ver com um mecanismo “cósmico”, místico, ou mesmo “alucinatório” segundo ele; sendo uma abstração, uma ideia forjada a partir do fato de que no limite nada nem ninguém pode nos garantir, nos guiar nem nos dar respostas sobre a vida. O autor sentencia:

Eu queria então fazer vocês notarem como esse problema da crença se situa sobre um terreno que concerne à subjetividade de cada um, seja na sua vida privada ou na sua vida social, uma vez que grupos inteiros são organizados sobre a partilha de uma crença comum (MELMAN, 1999, impresso)

Seria em razão dessa precariedade e dessa insuficiência estruturais da condição humana que suporíamos um saber em algum lugar e o delegaríamos a alguém, acreditando na existência de um responsável por nossa vida – uma espécie de garante, de fiador que pudesse responder por nossos caminhos e nos guiar e amparar. Segundo ele, acreditamos que existe alguém que sabe sobre o nosso desejo, sobre o enigma da vida e que, assim, pode vir a apaziguar o nosso sofrimento existencial, de tal forma que:

²⁰ Advém do neologismo extimidade – exterior íntimo.

grande parte de nossa economia subjetiva [...] não se endereça ao mundo, mas a uma instância que não está aí figurada em lugar nenhum e que, entretanto, pode absorver uma parte essencial da energia psíquica, com relações estabelecidas que podem ser determinantes (MELMAN, 1999, impresso)

Esse nosso ato de fé deixa entrever uma suposição no Outro não barrado (A), uma crença na existência do Bem Supremo, Soberano, capaz de nos orientar e de nos fornecer um suporte na existência, evidenciando um idealismo sempre presente.

Melman (1999) defende a tese de existirem três possibilidades de arranjo organizadoras dessa nossa tendência à crença. E as três possibilidades estariam diretamente relacionadas às estruturas psíquicas, nomeadamente: a neurose, a psicose e a perversão. Segundo ele, enquanto o neurótico e o perverso²¹ se organizam ambos em torno da crença em uma instância terceira (o pai), o paranoico,²² por exemplo, se constitui na absoluta descrença²³ nessa instância, ao passo que os demais psicóticos não acreditam, mas têm absoluta certeza de sua existência, para eles há uma instância paterna – inclusive, eles chegam a padecer devido à realidade e consistência que o pai tem para eles.

Não nos interessa nessa dissertação, contudo, a discussão acerca das categorias diagnósticas e o fenômeno da crença que as sustenta. Nosso foco está em evidenciar as possibilidades distintas que se tem de lidar com os acontecimentos importantes que condicionam e determinam o psiquismo, quais sejam: o desamparo, a castração e a crença. Lembrando que tais acontecimentos apontam, ainda, para a importante questão dos posicionamentos pessoais.

Mais precisamente, interessa-nos saber que forma é essa de o sujeito lidar que evidencia uma apatia, uma desafetação e uma postura não crítica na vida? Que dinâmica está implicada naquele que se tornou mero reprodutor e que age de forma burocrática? Seria esta a posição daqueles profissionais que tomam a instituição como um fim em si mesmo e que deixam de lado o cuidado singular com os pacientes, padronizando a assistência, engessando-a? Independentemente da resposta, lembremos que tal forma de agir é apenas uma das maneiras possíveis de lidar com o desamparo fundamental, com a castração. Existem outras, distintas.

²¹ Melman afirma que mais do que ninguém o perverso “tem necessidade de acreditar” (1999, p. 4).

²² O paranoico vai “recusar todo sujeito suposto ao saber” (*Ibid*).

²³ O autor fala mesmo em recusa do sujeito suposto saber, em recusar-se a ser crédulo e é por isso que “ninguém vai enganá-lo” (*Ibid*).

O arranjo que cada um constitui a partir de seu posicionamento frente à incompletude do simbólico e ao acossamento pulsional configura diferentes estilos de crença. Sendo que esses arranjos pessoais, específicos e variados chamam a nossa atenção por circunscreverem consequências distintas. Em outras palavras, parece-nos haver uma incidência de ordem ética, na qual ou bem se admite essa perda, essa falta e se toma isso para si, tirando as devidas consequências – sustentando esse vazio que fará irromper o movimento do desejo, posicionando o sujeito como desejante –, ou bem se abdica dessa posição, se goza desse ‘fracasso’ e se padece nesse ponto.

Feitas essas observações passemos ao capítulo seguinte, referente ao campo do Outro.

2 CAMPO DO OUTRO

2.1 A pulsão como conceito

nessa matéria que ele desbrava, é que, à maneira dos bons arqueólogos, ele deixa o trabalho de escavação no lugar – de modo que, mesmo se inacabada, podemos saber o que querem dizer objetos desenterrados.

Jacques Lacan

Freud aborda, investiga e dá nome à pulsão principalmente nos trabalhos: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), *Pulsões e destinos da pulsão* (1915) e *Além do princípio de prazer* (1920). Sendo que, no texto de 1915, ele a situa mais propriamente como um “*Grundbegriff*”, um conceito fundamental, e a destrincha de forma mais detida. Segundo Garcia-Roza (2003, p. 14), a pulsão não é uma descoberta, mas uma produção teórica de Freud.

As conhecidas dificuldade e polêmica geradas em torno da tradução do termo *Trieb* residem na sua polissemia e no fato de tratar-se de um significante corrente na língua germânica. No livro *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*, Garcia-Roza (2003) faz uma distinção interessante entre *termo* e *conceito*, em que o primeiro teria a ver com os diferentes usos de um significante na língua e o segundo estaria restrito ao campo específico de uma teoria.²⁴ Frisamos que *Trieb* foi a expressão escolhida por Freud em detrimento de *Instinkt*²⁵ – claramente de aceção biologizante – para nomear seu conceito fundamental.

Lacan (1959-60/1997), que é absolutamente rigoroso em seu retorno a Freud, atenta-nos para a necessidade de traduzirmos “severamente” esse conceito como pulsão, já que *Trieb* “não é puramente instinto” (cf. p.139, 149). Isso significa ressaltar a radical e inusitada

²⁴ Cf. Garcia-Roza, 2003, p.13: “o termo *Trieb* tem uma longa história, mas o conceito psicanalítico de *Trieb* é exclusivo de Freud”.

²⁵ Instinto em alemão.

percepção freudiana de que estamos apartados da natureza, não mais submetidos ao reino do biológico e do saber inato.

Lacan (1964/1998) afirma, ainda, tratar-se de um mito freudiano, uma ficção, mas que se tornou absolutamente necessária à sustentação do arcabouço psicanalítico,²⁶ haja vista seu lugar central no estudo do psiquismo. Foi nesse sentido, segundo ele, que ela se tornou uma *ficção fundamental*.

Devido ao inacabamento da teoria pulsional e à complexidade que o conceito põe em causa, Lacan nos lembra desde o início o quão espinhosa, problemática e borbulhante de questões²⁷ é a sua introdução em Freud. Apesar de complexa em si mesmo,²⁸ tendo rendido desdobramentos ao longo de todo o percurso freudiano, Lacan destaca a pulsão como um dos quatro conceitos principais da psicanálise. E isso denota, por sua vez, a intrincada malha conceitual na qual o campo psicanalítico se constitui.

Freud havia tentado alçar a pulsão à categoria metapsicológica, se esforçando por defini-la no trabalho exclusivo que lhe dedicou – *Pulsões e destinos da pulsão* (1915). Ali ele a definiu classicamente como “um conceito-limite entre o psíquico e o somático”, ou como “o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique”.²⁹

Ele a situou, ainda, como uma tensão “irremovível” que “agride a partir do interior”, não sendo possível fugir, já que ela não é proveniente do mundo externo. Pois, diferentemente do estímulo fisiológico, que é ocasional e passageiro, a pulsão é *Konstante Kraft*, uma força constante que exerce pressão em fluxo contínuo e de maneira inevitável, tendo como única meta satisfazer-se.³⁰

Endossando Freud, Lacan (1964) ressalta que a pulsão não é equivalente à pressão de uma necessidade tal qual a fome ou a sede, por exemplo. Freud (1915) afirmava que essa excitação ineliminável perturbava o organismo de tal forma que impunha uma exigência de trabalho³¹ justamente por sua relação com o corpo, que requeria um encaminhamento, um escoamento.

²⁶ Cf. Lacan, 1964/1998, pp. 155, 157.

²⁷ *Ibid*, p. 166.

²⁸ Cf. Lacan, 1959-60/1997, p. 256.

²⁹ Cf. Freud, 1915/2004: p. 148.

³⁰ *Ibid*, pp. 146, 147.

³¹ *Id, Ibid*.

Torna-se, assim, patente a vulnerabilidade da condição humana frente a esse desgoverno³² chamado pulsão. E é exatamente por isso que um sujeito é convocado a advir: para dar destinação e estabelecer um trilhamento possível à força que o acossa. É nessa urgência que se impõe a necessidade do estabelecimento de um arranjo pessoal capaz de lidar com isso que se apresenta de modo avassalador.

Há uma convocação para a tomada de atitude, para a escolha de uma via de extravasamento, sendo esse posicionar-se o que diz de uma organização psíquica. Esse momento, que poderia ser qualificado de épico – Lacan (1959-60/1997, p. 112) o nomeia de “aventura libidinal individual” –, é experimentado por todos, impondo a cada um de nós escolhas que devem ser feitas, destinos que precisam ser dados à pulsão; do contrário, sem encaminhamento, essa afetação crescente não irá cessar sozinha, aumentando a inquietude e o desprazer. Sendo exatamente isso o que suscita a discussão sobre a formação do psiquismo.

Parece correto considerar que o aparelho psíquico se constitui em decorrência dessa exigência pulsional, afinal Freud (1915/2004, pp. 147, 148) afirmava que: “são as pulsões, e não os estímulos externos, os verdadeiros motores dos progressos que levaram o sistema nervoso (...) a seu atual nível de desenvolvimento.”

Sobre o objeto da pulsão, o autor pontua que pode ser qualquer um, já que ele “não está originalmente vinculado a ela” (1915/2004, p. 149), embora seja necessário atender à exigência de trazer satisfação à pulsão. Por isso, além de indefinido, o objeto geralmente é variável e múltiplo, a não ser que ocorra uma forte aderência, uma fixação a um objeto único, caracterizando, assim, um engessamento e o adoecimento psíquico.

O psicanalista sublinha que a meta pulsional perseguida é a satisfação, mesmo que satisfazer-se plenamente seja impossível – por não haver “o” objeto específico capaz de saciá-la. Isso denota o caráter ‘paradoxal’ da satisfação pulsional – como bem destaca Lacan em 1959-60 e 1964, por exemplo –, assim como manifesta a parcialidade da pulsão, já que seu alvo não é a ‘totalização biológica’ da função reprodutiva,³³ mas única e exclusivamente a busca desmedida por prazer.

Esse *modus operandi* é absolutamente distinto do funcionamento da natureza, no qual os animais, dotados de instinto, apresentam vínculo fixo a determinado objeto, seguindo

³² Assemelhando-se a um touro desgovernado e enfurecido de tourada espanhola, por exemplo.

³³ Cf. Lacan, 1964/1998, pp. 166, 167, 170: “em relação à finalidade biológica da sexualidade, isto é, a reprodução, as pulsões, tais como elas se apresentam no processo da realidade psíquica, são pulsões parciais.”

ciclos pré-determinados – regulados por momentos de cio, de fertilidade e de migração, por exemplo – que se orientam para a reprodução.

Enquanto a cópula nos animais necessariamente acontece, sendo vivida em momentos específicos, nos homens, o encontro sexual pode acontecer ou não, com ou sem regularidade, ou mesmo ter um ou vários objetos/parceiros. A pulsão, portanto, se diferencia enormemente do instinto, não possuindo ritmo, objeto fixo nem determinações a priori que pudessem lhe servir de bússola ou de comando natural. Lacan (1964/1998, p. 167) afirma: “A pulsão é precisamente essa montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente.”

Uma das grandes descobertas freudianas foi a de que a sexualidade humana era perverso-polimorfa, ou seja: fragmentada, não se orientando por padrões, definições nem diretrizes. Em resumo: nossa sexualidade não possui regulação natural e inexistente objeto capaz de saciá-la completa e definitivamente, sendo essa ausência de objeto natural algo que lhe é constitutivo, embora vivenciado como perda, com a qual temos sempre de nos haver. Mais precisamente, Lacan (1964/1998, p. 170) situa freudianamente o objeto da pulsão como “a presença de um cavo, de um vazio, ocupável, nos diz Freud, por não importa que objeto”.

2.2 Sobre a dinâmica pulsional

É impressionante o talento de Freud para sustentar paradoxos. Ao analisar o percurso, a obra e o legado do psicanalista, não nos parece ser do seu estilo recuar nem ceder frente às dificuldades do que se lhe apresentava. Ao contrário, Freud sempre deu lugar à complexidade e às contradições que apareciam; e, por isso mesmo, a psicanálise é um campo tão denso, sofisticado e de difícil manejo, requerendo cuidado ao ser estudado, elaborado e, principalmente, praticado.

Desde o início, Freud defendeu a existência de um dualismo pulsional, por exemplo. Primeiro, postulando o embate entre as pulsões do eu/autoconservação e as pulsões sexuais. Depois, reformulou essa concepção e propôs uma nova dualidade: mais especificamente, entre as pulsões de vida e as pulsões de morte. Na verdade, o autor foi sensível ao conflito de forças característico do psiquismo, sustentando essa convicção firmemente ao longo de toda a sua

obra.³⁴ Sendo de se admirar percepção tão aguçada, que o fez defender esse ponto de vista de forma implacável, a despeito de todos os contratempos.

A referida reformulação teórica foi empreendida e plenamente apresentada em *Além do princípio do prazer* (1920), constituindo enorme avanço conceitual, já que o autor vinha tentando consolidar, com dificuldade, uma teoria sobre a dinâmica das pulsões.³⁵ O trecho a seguir evidencia isso: “seria difícil continuar a defender nossa concepção dualista básica, não tivéssemos em *Além do Princípio do Prazer* avançado em nossas ponderações e identificado a participação do sadismo na atuação de Eros.” (FREUD, 1923/2007, p. 55)

É importante frisar que essa nova compreensão somente foi possível graças aos avanços da clínica, que propiciaram o advento de aspectos teóricos novos, tais como: a introdução da noção de narcisismo;³⁶ a suposição de que sadismo e masoquismo não derivavam de Eros;³⁷ e a própria elasticidade dada ao conceito de sexualidade, que Freud se viu obrigado a efetivar.³⁸ Essas constatações foram indispensáveis à virada teórica finalmente introduzida em 1920. Em outras palavras, foi preciso uma melhor formalização das noções psicanalíticas para a decantação, da práxis, de outro ponto de vista.

É interessante sublinhar que a convicção do autor sobre o dualismo se mostrou de fato acertada, mesmo com as alterações efetuadas posteriormente. E, apesar da importante mudança terminológica empreendida, quase tudo permaneceu como antes na descrição da pulsão, como vemos em citação de *O Eu e o Id*:

as pulsões se conduzem (...) de forma conservadora, pois ambas visam ao restabelecimento de um estado que foi perturbado (...). Assim, tanto o empenho em prosseguir lutando pela vida como a nostalgia pela morte, devem-se ao próprio brotar da vida (FREUD, 1923/2007, pp. 49, 50).

À primeira vista, havia apenas um mecanismo operando, para o psicanalista, que seria o regulador da vida pulsional: o princípio do prazer. Esse princípio perseguia obstinadamente o prazer – ponto defendido em 1915, quando Freud já apontava a satisfação como alvo das pulsões. A influência do princípio do prazer no psiquismo seria tão forte, que chegaríamos a alucinar o objeto supostamente existente e perdido, segundo ele, para, com isso, evitarmos o desprazer do encontro com a realidade: de que não existe “o” objeto, mas sim apenas a falta.

³⁴ *Ibid*, p.68.

³⁵ Cf. Freud, 1920/2003, p.78 - nota de rodapé.

³⁶ *Ibid*, p.76.

³⁷ *Ibid*, p.69; *Id*, 1924/2007, pp. 181, 182.

³⁸ Cf. 1920/2003, pp. 66, 76.

A alucinação seria um funcionamento tão primário e imperioso que necessitaria de freio, de limite, pois, do contrário, o mecanismo alucinatório seguiria desenfreado, conforme Lacan (1964/1998, p. 159) reforça: “A ideia de que a função do princípio do prazer é de se satisfazer pela alucinação”.

Posteriormente, ao analisar as neuroses de guerra e os respectivos sonhos perturbadores dos soldados – repetitivos e traumáticos –, ao observar o jogo infantil do *Fort-da* e, também, ao perceber a repetição vivenciada durante o processo analítico, Freud concluiu que algo impedia a dominância irrestrita do princípio do prazer, implicando em um além ou aquém do princípio. Rapidamente, ele notou que as repetições eram sempre relacionadas a situações de sofrimento, que fugiam ao controle do sujeito de tão persistentes, levando-o a postular o caráter destrutivo e compulsivo das repetições. Com o tempo, isso o levou a afirmar que:

as manifestações da compulsão à repetição (...) não só exibem um caráter altamente pulsional [triebhaft] como também – quando se opõem ao princípio de prazer – apresentam até mesmo um caráter demoníaco. (FREUD, 1920/2006, p. 159 - grifo nosso)

Foi desse modo que o autor pôde vislumbrar a não hegemonia do princípio do prazer, afirmando a existência de tendências mais primitivas e elementares nas atividades psíquicas, que funcionariam de forma independente do princípio regulador.³⁹

A grande inovação freudiana nesse momento foi perceber que algo demoníaco nos governava e que isso era mais rudimentar e básico do que a busca por prazer. A descoberta de que a compulsão à repetição era a marca principal do movimento pulsional, suplantando o funcionamento do princípio do prazer, consolidou de vez a dualidade psíquica anteriormente suposta – envolvendo prazer/desprazer, vida/morte. Foi assim que o psicanalista estabeleceu as noções de pulsão de morte e o além do princípio do prazer.

Para avançarmos em relação ao tema proposto nessa dissertação, faz-se necessário recorrermos ao mecanismo identificatório e, com isso, fundamentarmos melhor esse estudo sobre a neurose e a banalidade do mal. Lembrando que não pretendemos esgotar o tema da identificação – que é denso e sofisticado, apresentando uma sistematização paulatina na

³⁹ Cf. Freud, 1920/2003, pp. 22, 29, 30.

psicanálise –, apenas visamos pinçar alguns pontos relevantes para o encaminhamento da dissertação.

2.3 Processos identificatórios

A identificação foi sendo construída à medida dos avanços teórico-clínicos. Ela aparece de forma esparsa ao longo da extensa obra freudiana, tendo ganhado importância com as ampliações teóricas sofridas. No entanto, como bem situa Lacan (1964/1998, p. 241), trata-se de um tema bastante complexo: “Há enigmas na identificação, e os há para o próprio Freud.” Faremos aqui um recorte específico, selecionando alguns textos a fim de alinhar pontos importantes no nosso caminhar.

Há menções à identificação, por exemplo, desde as cartas de Freud a Fliess⁴⁰ (1897). Elas passam também pela *Interpretação dos sonhos* (1900), *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância* (1910), *Totem e tabu* (1913), *Introdução ao narcisismo* (1914), *Luto e melancolia* (1917), *O Eu e o Id* (1923), *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), *O mal-estar na civilização* (1930), *A dissecação da personalidade psíquica* (1932-3); mas é somente em *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921) que Freud sistematiza⁴¹ o assunto. Ressalvando-se que, mesmo aí, essas elaborações nunca ficaram a contento do autor.

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), as noções de narcisismo, incorporação oral e o próprio complexo de Édipo contribuíram sobremaneira para avanços importantes que tornaram o mecanismo identificatório crucial ao entendimento psicanalítico,⁴² como veremos agora.

Em *Introdução ao narcisismo* (1914/2004), por exemplo, Freud propõe a “ampliação da teoria da libido” (p. 98) por perceber que o narcisismo não estava apenas referido à esquizofrenia, mas exercia função fundamental “no desenvolvimento sexual normal” (p. 97), reconhecendo-o no psiquismo das crianças e dos chamados “povos primitivos”. Ele descobriu

⁴⁰ “Em diversas dessas cartas e notas, ele [Freud] fez várias observações a respeito da identificação. É surpreendente que já nesses pequenos recortes estivesse o germe daquilo que, posteriormente, ele iria desenvolver a respeito desse conceito” (BUENO, 2002, p. 83).

⁴¹ Freud se dedicou a escrever um capítulo exclusivo sobre a identificação no trabalho mencionado.

⁴² Cf. Laplanche, 2001, p. 228.

que o Eu poderia servir como objeto de investimento e, por isso, distinguiu duas libidos – a libido objetal e a libido do eu.

Haveria, assim, dois tipos de vínculo libidinal: o investimento narcísico e o investimento nos objetos. Conforme observa Freud (1914/2004, p. 108), todo “ser humano possui dois objetos sexuais primordiais: ele [si] mesmo e a mulher que dele cuida”. Ao mesmo tempo, o psicanalista se perguntava: “por que a vida psíquica se vê forçada a ultrapassar as fronteiras do narcisismo e a depositar a libido nos objetos”? (1914/2004, p. 105); ao que respondeu afirmando que é o aumento excessivo de investimento no Eu que força o remanejamento da excitação interna – impossível de ser extinta. Freud assevera, então, que o Eu se constituiu a partir do afastamento do narcisismo primário, propiciado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal, embora o deslocamento tenha gerado um “anseio por recuperá-lo”,⁴³ conforme aparece sintetizado a seguir:

Como sempre no campo da libido, o ser humano mostra-se aqui incapaz de renunciar à satisfação já uma vez desfrutada. Ele não quer privar-se da perfeição e completude narcísicas de sua infância. (...) Ele procurará recuperá-lo então na nova forma de um ideal-de-Eu. Assim, o que o ser humano projeta diante de si como seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância (FREUD, 1914/2004, p. 112 - grifo nosso)

Ao voltar-se e deter-se especificamente sobre a melancolia,⁴⁴ o psicanalista percebe existir uma reconstituição do objeto perdido no Eu – reconstituição devida à perda real de um ente amado, de um projeto de vida ou de um ideal – e nota que parte do Eu se alterava consideravelmente em decorrência disso. Isso porque, com a perda do objeto, não se efetivava o deslocamento do vínculo libidinal para outro objeto, mas apenas a troca, a substituição do investimento anterior por uma identificação, sinalizando o recolhimento do investimento objetal:

O resultado não foi um processo normal de retirada da libido desse objeto e a seguir seu deslocamento para outro objeto, mas sim algo diverso (...). A libido então liberada (...) foi recolhida para dentro do Eu. Lá essa libido não foi utilizada para uma função qualquer, e sim para produzir uma **identificação** do Eu com o objeto que tinha sido abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu. (FREUD, 1917/2006, p. 108 - grifo nosso)

⁴³ Cf. Freud, 1914/2004, p. 117.

⁴⁴ Cf. comentários editoriais da Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol.2, p.101, 2006.

Freud concluiu que, na melancolia, o Eu se identificava ao objeto abandonado – processo de “identificação narcísica com o objeto” –, se oferecendo como substituto para o investimento amoroso perdido. Ocorria, portanto, uma introjeção, uma incorporação de traços do objeto anterior, com a conseqüente conversão da libido objetal em libido narcísica, o que denotava um mecanismo regressivo que Freud apontou como sendo um retorno à fase oral, canibalística, pré-genital.

Além da alteração no Eu, ele ainda observou a existência de uma forte ambivalência emocional nos processos melancólicos, evidenciada na seguinte passagem: “tendo de abdicar do objeto, mas não podendo renunciar ao amor pelo objeto, esse amor refugia-se na identificação narcísica, de modo que agora atua como ódio sobre esse objeto substituto” (FREUD, 1917/2006, p. 110).

Muitos avanços foram implementados a partir das considerações sobre o luto e sobre a melancolia; porém, foi somente em *O Eu e o Id* (1923) que Freud conseguiu realmente notar a tamanha abrangência do fenômeno da identificação, tendo relacionado-o à formação do caráter⁴⁵ e ao surgimento de importantes instâncias psíquicas, por exemplo. Nesse trabalho de 1923, o autor descobriu que os investimentos sexuais infantis também eram abandonados e se transformavam em identificações, constituindo, assim, o Eu e o Supereu.

Como demonstramos até o momento, é possível considerar a identificação como uma tentativa de substituir a perda sofrida. Nas palavras de Freud, essa seria uma forma do Eu controlar o Id, na qual o Eu se ofereceria como objeto de amor ao Id, convertendo a antiga libido objetal em libido narcísica – mecanismo que o autor descobriu ser bastante comum, principalmente no período precoce da vida. Na verdade, Freud nos lembra do quão indistinguível é, durante a fase oral infantil, a identificação do investimento objetal.

Talvez essa introjeção – que é um tipo de regressão ao mecanismo da fase oral – seja o meio utilizado pelo Eu para facilitar, ou possibilitar, que se abdique do objeto. Talvez essa identificação seja mesmo uma condição necessária para que o Id desista de seus objetos. (FREUD, 1923/2007, pp. 40, 41 - grifo nosso)

Em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), o psicanalista atenta para a “impossibilidade interna” presente no complexo edipiano, qual seja: a impossibilidade de

⁴⁵ Freud, 1923/2007, p. 40: “viemos a compreender que grande parte da constituição do Eu se dá por esse mesmo tipo de substituição [identificação], e que ela tem um papel fundamental na formação daquilo que chamamos nosso *caráter*.”

realização dos impulsos incestuosos. E, para ele, nós sucumbiríamos à regressão devido a essa impossibilidade.⁴⁶ Nos termos freudianos: ao perceber a diferença sexual no complexo de Édipo e concluir, com isso, que as mulheres são castradas, o menino entende que satisfação e castração estão absolutamente entrelaçadas, de modo que isso faz irromper um impasse para ele.

O chamado complexo de castração – essa impossibilidade interna – acarreta um conflito entre o investimento narcísico e o objetal,⁴⁷ e o Eu sai vitorioso nesse conflito, forçando o abandono do investimento libidinal objetal. A criança, então, “dá as costas” ao complexo de Édipo. Por temor à castração, ela retira o investimento nos pais e, em seu lugar, se identifica com traços dessas figuras parentais. A solução encontrada, portanto, foi renunciar e identificar-se. Ou seja, a identificação suspende o desenrolar da sexualidade infantil e, por isso, Freud nomeou esse momento de dissolução do complexo de Édipo. A dissolução, por sua vez, instaura forçosamente um período de latência.

As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego (...). As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou [da castração] o órgão genital – afastou o perigo de sua perda – e, por outro, paralisou-o – removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança. (FREUD, 1924/1996, p. 196)

Lembremos, ainda, que em *Totem e tabu* (1913) Freud condicionava o estabelecimento da organização social à restrição e modificação dos vínculos libidinais originais. Segundo ele, a restrição sexual e a limitação da agressividade – processos absolutamente necessários à socialização – ocorriam devido aos mecanismos de identificação e idealização.

É nesse trabalho de 1913 que o autor formula a hipótese psicanalítica da genealogia do laço social e da religião, a partir de indícios sobre a existência de um pai da horda primeva. O mito freudiano consiste no parricídio desse pai tirânico, executado pela irmandade que, assim,

⁴⁶ Cf. Freud, 1924/1996, p. 193.

⁴⁷ “Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo.” (*Ibid*, p. 196)

constitui uma fratria, estabelece o totemismo e as regras de interdição que vão inibir as ações individuais e instaurar o pacto civilizacional.

Houve, nesse sentido, a assunção do pai tirânico ao plano simbólico,⁴⁸ na medida em que se instaurou um ideal, “ideal que corporificava o poder ilimitado do pai primevo (...), assim como a disposição de submeter-se a ele.” (FREUD, 1913/1996, p. 151) Isso consolidou, de um lado, a identificação horizontal estabelecida entre os irmãos – constituindo uma relação especular entre eles – e, de outro, estabeleceu a identificação vertical dos filhos com o pai morto.

O ápice conceitual sobre a identificação se deu, na verdade, somente na década de 1920, com *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921), quando Freud reuniu todas as considerações anteriores e as sistematizou em um capítulo único. Sendo que as características retomadas foram por ele aprofundadas naquele momento, propiciando ainda mais avanços.

Nesse trabalho, o psicanalista afirmou que a identificação era o laço originário, o vínculo mais remoto que se estabelecia com o outro, sendo o primeiro envolvimento emocional do bebê. E, por isso, a identificação foi situada como um modo primário de relação, ainda não referida ao plano sexual, ocorrendo de forma independente da escolha objetual e servindo, inclusive, de apoio ao complexo de Édipo (FREUD, 1921/2011, p. 133). Não à toa, é justamente nesse texto que Freud abordou a relação entre psíquico e social, tendo conseguido formalizar melhor o conceito de identificação por conta disso.

O segundo ponto importante realçado à época foram as características do mecanismo identificatório, tais como: ser ambivalente – oscilando entre amor-hostilidade –; ser parcial – tomando apenas um traço do objeto –; e ser regressivo – efetivando o retorno a “uma atividade anímica primitiva” (FREUD, 1921/2011, p. 85). A ambivalência, a introjeção e a parcialidade, então, caracterizariam de forma genérica as identificações.

Freud concluiu tratar-se de um mecanismo de enorme importância para os processos psíquicos de maneira geral, tendo participação na constituição do Eu e do Supereu; na formação de nosso caráter; na sustentação da melancolia e dos fenômenos de massa; no engendramento e manutenção dos sintomas neuróticos;⁴⁹ no complexo de Édipo etc.

⁴⁸ Ou nos termos de Freud (1913/2006, p. 171): “o pai morto tornou-se mais forte do que o fora vivo”.

⁴⁹ Cf. Freud: “identificações com o objeto também são comuns nas neuroses de transferência, elas constituem um mecanismo conhecido da formação dos sintomas, principalmente na histeria. (...) também nas neuroses de transferência a identificação é a expressão de uma comunhão que pode significar amor” (1917/2006, p. 109).

Possivelmente devido à dificuldade do tema e a esse vaivém teórico é que Freud vacilou entre tantos tipos e nomes de identificação, chegando à seguinte nomenclatura básica ao fim: a) identificação primária, b) identificação regressiva e c) identificação histórica, conforme brevemente sistematiza Dias:

O termo identificação, ao longo da obra de Freud, engloba diversos complementos: primária, secundária, narcísica, edípica, regressiva, melancólica e histórica. No entanto, quando sintetiza seu pensamento (...) em ‘Psicologia das massas e análise do eu’ [1921], distingue ‘três fontes’ [p.136] da identificação: a identificação primária com o pai da horda primeva; a identificação regressiva – identificação ‘ao traço único’ [p. 135] do objeto –; e a identificação ao desejo ou identificação histórica. (DIAS, 2009, pp. 16, 17)

De modo sucinto, Freud (1921) situou primeiro a identificação com o pai enquanto ideal – anterior à escolha objetal –; depois a reconheceu surgindo no lugar do investimento libidinal perdido – posterior à escolha de objeto e à perda/abandono deste –; e por último a reconheceu como identificação a um traço, pelo sintoma – a partir da coincidência de dois Eu’s. Essas seriam as três modalidades identificatórias plenamente formalizadas por Freud; sendo todas regressivas e modificadoras do Eu.

2.4 A articulação pulsão - identificação

Uma das maiores inclinações humanas é a conservação em suas múltiplas faces.

Ana Ma. Medeiros da Costa

Lacan (1964/1998) se interrogava sobre o que levaria à distinção do momento inicial (*Real-Ich*)⁵⁰ – estado originário de homeostase, de continuidade e indistinção eu/mundo, momento autoerótico sem organização psíquica – para o segundo momento, organizado, constituído por zonas erógenas, com *eu* formado, distinto e separado do *Outro*? A resposta dada pelo autor passa pela incidência da demanda do *Outro* e pela identificação.

⁵⁰ Em “O seminário, livro 11”, Lacan o chama também de “*Ich* hipotético” ou “eu primitivo” (1964/1998, p. 227).

Partamos, então, da relação sujeito-Outro para considerarmos o ponto em questão. Retomando em parte o primeiro capítulo da dissertação, são duas as operações em voga nessa relação: alienação e separação, sendo o *Fort-da* o exemplo clássico disso. *Fort-da* foi o jogo infantil observado e narrado por Freud em *Além do princípio de prazer* (1920), no qual seu neto brincava incessantemente com um carretel,⁵¹ encenando simbolicamente as idas e vindas da mãe.

Essa brincadeira infantil repetitiva serviu, dentre outras coisas, para Freud concluir que, diante do impossível de saciedade, buscamos satisfação aonde podemos, ou seja, não tendo a presença da mãe, o menino se satisfazia com aquela encenação. Mesmo sem levar as tensões a zero com o almejado provimento do objeto adequado – que, em realidade, não existe –, iremos sempre nos satisfazer, até quando a satisfação não trouxer prazer, o que é um grande achado psicanalítico. Freud afirmava que a sublimação, por exemplo, era um caso bem-sucedido no qual o sujeito obtinha prazer sem atingir o alvo sexual.

O *Fort-da* enquanto “matriz da representação” (COSTA, 2001, p. 41) sustenta tal mecanismo. Ressaltando-se que o carretel, na verdade, não representa a mãe reduzida a uma bolinha, mas algo destacado do sujeito;⁵² por esse motivo, “a memória da repetição é fundamentalmente memória de separação. Essa separação primeira, que cria o campo representacional como jogo simbólico” (COSTA, 2001, p. 38).

É a partir dessa ‘matriz simbólica’⁵³ que a criança vai poder criar uma história para encobrir a castração, inventando uma fantasia, atribuindo um sentido. Por isso é que Lacan (1964/1998, p. 63) afirma que: “o jogo do carretel é a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio criar (...) um *fosso*”. Atentando-nos para o fato de que o que está implicado é a relação do sujeito com a perda, com o lugar vazio gerado pela saída do outro.

Nesses termos é que a transição do autoerotismo para a satisfação pelas zonas erógenas se dá. É em decorrência dessa perda, dessa queda de um objeto supostamente existente, que a criança passa a se satisfazer de outra forma. Não havendo objeto capaz de cessar a tensão interna irremovível, o circuito pulsional é forçado a contornar o cavo, a circundar o lugar vazio e, com isso, fazer a passagem da “boca que se beijaria a si mesma (...) fechando-se sobre sua satisfação”⁵⁴ – autoerotismo puro e simples – para a satisfação por meio das zonas erógenas.

⁵¹ Freud percebeu que a criança emitia sons distintos para o sumiço e para a aparição do carretel.

⁵² Cf. Lacan, 1964/1998, p. 63.

⁵³ “Com esse termo, designamos uma forma de impressão, de estrutura mínima de registro a partir do qual cada sujeito trata sua referência a um Outro.” (Costa, 2001, p. 84)

⁵⁴ Cf. Lacan, 1964/1998, p. 170.

Lacan faz essa descoberta importante em relação à meta pulsional: precisando que a satisfação deve ser entendida como o retorno da pulsão sobre si própria. Somente assim é que se pode admitir o atingimento de seu alvo: a pulsão saindo da zona erógena, contornando o cavo e voltando para essa mesma zona de novo – sendo o alvo única e exclusivamente o prazer da zona. Lacan (1964/1998, p. 183) esclarece: “[trata-se do] movimento circular do impulso que sai através da borda erógena para a ela retornar como sendo seu alvo, depois de ter feito o contorno de algo que chamo objeto *a*”.

Há, portanto, esse impossível colocado de saída na dinâmica pulsional: não existe objeto capaz de lhe saciar plenamente; sendo a falta, essa hiância, da ordem do verdadeiramente irremediável, sem solução.⁵⁵ É assim que se estrutura a dinâmica da pulsão: em um circuito centrado na impossibilidade, num cavo, num furo.

Alberti (2005) corrobora isso afirmando que tal ausência se coloca para todos – neuróticos, psicóticos e perversos –, sendo a dimensão da falta a questão subjetiva por excelência e, disso, a conseqüente relação sujeito/objeto, que supõe atividade sempre. Até mesmo na perversão, conforme a autora, em que se poderia pressupor uma passividade – já que o perverso se oferece enquanto “instrumento do gozo do Outro” –, é a castração que está no centro como questão. O perverso se protege do horror da castração utilizando o artifício do velamento, do desmentido.⁵⁶ E, nesse caso, a atividade reside no fato de o sujeito perverso sustentar o mecanismo que estabelece a fixação rígida e monótona de apenas um objeto de satisfação – mecanismo oposto à labilidade neurótica, com múltiplos objetos.

A satisfação da pulsão é sua finalidade [da pulsão], mas, em função da castração, tal finalidade nunca é alcançada, independente da estrutura do sujeito — se neurótica, perversa ou psicótica. Pois também, independente da estrutura do sujeito, somos todos submetidos às leis que particularizam o ser falante e não há um que não seja filiado à lei da castração, mesmo quando esta está foracluída (ALBERTI, 2005, impresso).

Chama atenção que, embora haja atividade no sentido de obtermos satisfação, a satisfação é paradoxal.⁵⁷ Isso acontece porque o tal “fosso” surge como entrave à resolução definitiva da pulsão, como obstáculo à sua realização plena – verdadeiramente impossível de ser efetivada –; embora esse impedimento não modifique em nada a atividade.

A importante conseqüência disso é que, de fato, há um limite colocado pela estrutura, e o limite advém da incompletude do simbólico – conforme descrito no primeiro

⁵⁵ *Ibid*, pp. 157,158,159.

⁵⁶ Mais informações em: ALBERTI, S. *A perversão, o desejo e a pulsão*. In: *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2005, vol. 5, n. 2. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482005000200008&script=sci_arttext]

⁵⁷ Conforme salientado na p. 15 dessa dissertação.

capítulo. Relembrando brevemente: somente temos notícias da pulsão pelo atravessamento simbólico que a inscreve em um circuito faltoso.⁵⁸

Se a pulsão se impõe, por um lado, como “força bruta” (FREUD, 1930), “acéfala” (LACAN, 1964), que ocupa “o lugar do acaso” (GARCIA-ROZA, 2004), por outro, ela desponta como “exigência de trabalho” (FREUD, 1915), requerendo organização, enlaçamento e significando até mesmo unificação, em certa medida. A discussão revela um ponto interessante de ser constatado: o fato de a pulsão se apresentar ao mesmo tempo como imperativo antissocial e como motor de sociabilidade. Isso foi constatado e sustentado por Freud explícita e implicitamente. Ele não solucionou nem silenciou tamanho paradoxo, mas, ao contrário, deu-lhe lugar.

Para Freud e Lacan, então, a pulsão é essa “tensão estacionária”, essa “força constante” que necessita da intervenção do Outro para constituir nova fase, senão, por si só, ela permaneceria em um movimento alheio, semelhante ao de um “sujeito acéfalo”.⁵⁹ A esse respeito, Costa (2001) aponta para uma especificidade importante da consideração lacaniana a respeito, uma vez que, acerca do pulsional, Lacan privilegiou cunhar a expressão “automatismo de repetição” em vez da “compulsão de repetição” – célebre sentença freudiana. Ao preferir o significante ‘automatismo’, ele alertava para a radicalidade da existência de “uma máquina que funciona independente de que se atribua um sujeito a ela.” (COSTA, 2001, p. 71)

A dinâmica pulsional apresenta esse funcionamento aberrante, no qual inexistente objeto natural, assim como inexistente variação e desenvolvimento; no qual se opera à revelia da vontade e da intencionalidade do sujeito, realizando-se em um solipsismo desenfreado, sendo impossível qualquer domínio ou mestria. A pulsão, portanto, testemunha nosso exílio: estamos definitivamente apartados da natureza.

A constância do impulso proíbe qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual tem sempre um ritmo. A primeira coisa que diz Freud da pulsão é, se posso me exprimir assim, que ela não tem dia nem noite, não tem primavera nem outono, que ela não tem subida nem descida. É uma força constante. (LACAN, 1964/1998, p. 157)

Lacan (1964/1998) vai além da descrição da plasticidade das pulsões, que funcionam à semelhança de “vasos comunicantes” – como Freud colocava –, ele percebe e enfatiza a

⁵⁸ Cf. Garcia-Roza, 1995, pp. 251, 252; Vallejo, 2008, p. 113.

⁵⁹ Cf. Lacan, 1964/1998, p. 171.

circularidade do movimento pulsional,⁶⁰ anulando, com isso, qualquer hipótese de desenvolvimento ou de evolução em espiral em se tratando da dinâmica pulsional. Não existe sucessão progressiva nem “metamorfose natural” no que tange à pulsão,⁶¹ o que verdadeiramente comprova a “inércia da libido”⁶² sentenciada por Freud.

Segundo o psicanalista francês, o que ocorre são saltos, passagens e/ou fixações impulsionados pelo Outro: “A passagem da pulsão oral à pulsão anal não se produz por um processo de maturação, mas pela intervenção de algo que não é do campo da pulsão – pela intervenção, o reviramento, da demanda do Outro.” (Lacan, 1964/1998, p. 171)

Destaca-se, mais uma vez, que mesmo a pulsão precisando de intervenção para sair da inércia, da constância que lhe é característica,⁶³ seu circuito é marcado pela atividade. Há atividade no sentido de obtermos satisfação, tanto na repetição, quanto no contorno do impossível e no movimento circular que retorna convocando um posicionamento do sujeito.

É errado imaginarmos uma alternância ativo-passivo ou uma correspondência par a par no que se refere à dinâmica pulsional. Trata-se, na verdade, da relação da zona erógena com o objeto faltante, e não da relação entre pares opostos – sugar/ser sugado, ver/ser visto etc. Isso porque sujeito e Outro formam, inicialmente, um campo uno, indistinto, que precisa ser separado. Aquilo que os une precisa descolar e cair. Lacan (1964/1998, p. 237) assinala a “necessidade lógica desse momento em que o sujeito como X só se constitui (...) pela queda necessária desse significante primeiro.”

Salientamos que não é o leite ou a lembrança do leite nem mesmo o cuidado da mãe ao amamentar que satisfaz a criança, mas sim, exclusivamente, o prazer da boca que suga – sendo o seio, nesse exemplo, o objeto perdido; assim como, no caso da pulsão escópica, a questão é o olhar enquanto objeto *a*, e assim por diante. Trata-se de um movimento de vaivém em que a pulsão, na impossibilidade de se colar ao objeto satisfatório, rodeia a hiância instaurada pela ausência de objeto natural. Lacan afirma:

A hiância introduzida pela ausência (...) sempre aberta, permanece causa de um traçado centrífugo no qual o que falha não é o outro enquanto figura em que o sujeito se projeta, mas aquele carretel ligado a ele próprio por um fio que ele [sujeito] segura (LACAN, 1964/1998, p. 63 - grifo nosso)

⁶⁰ Ele sentencia: “seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em circuito.” (Lacan, 1964/1998, p.170)

⁶¹ *Ibid*, pp. 168, 169, 170, 171.

⁶² Cf. Freud, 1930/1997, p. 63.

⁶³ Freud coloca o caráter conservador da economia pulsional, por exemplo, em 1930 (p. 77).

A citação é bastante esclarecedora e relevante por ressaltar o que está em causa: a perda do objeto e não a do outro, alguém personificado. A relação é sempre entre sujeito e objeto e não entre semelhante-semelhante. É de um *fosso* que se trata, de uma perda, de um corte e não de um sentimento, de uma relação dual; até porque não é a presença/ausência de um parceiro que está em questão, mas sim a radical ausência de objeto.

Cabe assinalar nesse ponto a relação existente entre a renúncia pulsional e o advento da identificação – ponto que Freud parece ter constatado o tempo todo em sua obra. Tudo indica que a identificação serve, dentre outras coisas, como um recurso para lidarmos com a castração, configurando um modo estratégico de suportarmos a perda colocada pela estrutura, no qual se efetiva a substituição do investimento no objeto pela introjeção de um traço deste, significando, assim, um recuo relacional.

Em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), Freud explicita a castração – essa “impossibilidade interna” de realizarmos os impulsos incestuosos – como uma proibição que nos faz sucumbir à regressão.⁶⁴ O autor já havia registrado a problemática da perda antes, sublinhando nossa dificuldade para lidar com ela: “de modo geral o ser humano – mesmo quando um substituto já se delineia no horizonte – nunca abandona de bom grado uma posição libidinal antes ocupada” (FREUD, 1917/2006, p. 104); ou mesmo quando ele escreve que: “no campo da libido, o ser humano mostra-se aqui incapaz de renunciar à satisfação já uma vez desfrutada. Ele não quer privar-se da perfeição e completude narcísicas de sua infância.” (FREUD, 1914/2004, p. 112)

É justamente pelas razões descritas que não existem correspondência nem simetria na relação sujeito-Outro. Embora haja circularidade, não há reciprocidade, paridade. Lacan (1964/1998, p. 196) objeta: “Por ser circular, [esse processo] é dissimétrico”. O autor é categórico quanto a isso, afirmando não haver comunhão, harmonia nem especularidade no âmbito pulsional.

Contrariamente, ele opõe as pulsões parciais ao amor,⁶⁵ reforçando o que Freud já havia percebido e relatado em 1921, qual seja, de que existiam dois tipos de ‘amor’: um ‘amor’ sensual e direto – pulsão parcial nos termos lacanianos – e outro afetivo, inibido, não sensual – o amor propriamente dito. Sendo o primeiro, ‘carnal’ e ‘terreno’, como nos diz

⁶⁴ Cf. 1924/1996, p.193.

⁶⁵ Lacan afirmava: “A dialética da pulsão se distingue fundamentalmente do que é da ordem do amor” (*Ibid*, pp.179, 196).

Freud, referido à lógica da castração, enquanto o segundo, idealizado e ‘celeste’, equivaleria ao estado do hipnotizado – por envolver submetimento irrestrito e suposição de saber.⁶⁶

Partindo de Freud, Lacan pontua que o plano do amor é o campo narcísico por excelência, que se sustenta por meio de parcerias, relações mútuas e arranjos duais. Então, se de um lado existe disparidade, atividade, relação sujeito-objeto – campo da pulsão –, de outro existe reciprocidade, complementaridade (ativo/passivo) e parceria semelhante-semelhante – campo do amor/identificação. Citamos:

me ajunto ao que o próprio Freud articula ao distinguir os dois campos, o campo pulsional, de uma parte, e o campo narcísico do amor, de outra parte, sublinhando que, ao nível do amor, há reciprocidade entre o amar e o ser amado, e que, no outro campo, trata-se de uma pura atividade (LACAN, 1964/1998, p.189)

Esse é um recorte específico e limitado que fizemos do complexo mecanismo identificatório e da sofisticada teoria pulsional em Freud e Lacan; porém, nos parece suficiente para embasar a questão que moveu essa dissertação, qual seja: investigar certo tipo de relação que se pode estabelecer quando se substituem os laços libidinais, sexuais, presentes no convívio social por relações ‘amorosas’, duais, ‘higienizadas’. Freud (1921/1972, p. 143) já havia sinalizado para tal risco, iminente e à espreita em nossa subjetividade – posteriormente nomeado por Calligaris como “tentação totalitária” –, quando alertou para o seguinte: “na cegueira do amor, a falta de piedade é levada até o diapasão do crime”.

Encerramos o capítulo lembrando a necessidade de o bebê alienar-se aos significantes, para depois vir a se separar. Somente assim, através desse corte que executa a separação, é que a circularidade da relação sujeito-Outro poderá sofrer uma torção essencial.⁶⁷ Mostrando-se fundamental esse subtrair-se ao código em comum, que vai inaugurar uma diferença singular destacada do código. Nas palavras de Costa:

é a partir desse campo do privado, da circulação de um não saber, que se torna possível um lugar de enunciação, desde onde o registro do singular se coloca. A subtração ao código [...] é sim a priori necessário para que as condições de enunciação se produzam. (COSTA, 2001, p. 115)

⁶⁶ Para mais informações, ver Freud, 1921/1972, pp. 141-147.

⁶⁷ “A segunda operação [separação] (...) termina a circularidade da relação do sujeito ao Outro, mas aí se demonstra uma torção essencial.” (Lacan, 1964/1998, p. 202)

2 DA RELAÇÃO SUJEITO E LAÇO SOCIAL

os produtos culturais levam a marca da não resolução, da desadaptação e do desconcerto.

Ana Ma. Medeiros da Costa

a descoberta freudiana tem como fundamento enfrentar a inquietação do outro enquanto mal-estar, a partir da permanência de uma “outra cena” em nós – o Inconsciente.

Betty Bernardo Fuks

Feitas as considerações sobre o campo do sujeito e o campo do Outro, passamos agora à discussão acerca da relação entre psiquismo e civilização, partindo principalmente das elaborações freudianas, e, também, nos utilizando das conclusões aqui reunidas no tocante à dinâmica pulsional e ao mecanismo identificatório. Visamos, com isso, reunir fundamentos que apontem para a determinação entre sujeito e laço social.

3.1 Constituição psíquica e laço social

(...) E, aquele
 Que não morou nunca em seus próprios abismos
 Nem andou em promiscuidade com os seus fantasmas
 Não foi marcado. Não será exposto
 Às fraquezas, ao desalento, ao amor, ao poema.

Manoel de Barros

No texto *O mal-estar na civilização* (1930), Freud se dedica a estudar a relação existente entre a constituição psíquica e o processo civilizacional. Reiterando essa aposta, nós também tentamos aqui articular a possibilidade de constituição do laço social à emergência do

sujeito, bem como investigar os efeitos que as posições tomadas pelo sujeito têm sobre o laço. Nesse sentido, retomamos algumas elaborações psicanalíticas de base.

Relembrando rapidamente o argumento de *Totem e tabu* (1913), Freud postula o mito do parricídio e da proibição do incesto como elementos necessários à gênese de nossa civilidade; vemos claramente que a lógica da socialização implicada ali é a de uma perda fundamental. A tese fundamental é de que o pacto social somente adviria a partir da renúncia pulsional.

Esse ponto de vista é reforçado em 1921, por meio da análise que Freud faz do *Fort-da*, na qual ele reconhece a “grande realização cultural da criança, a renúncia instintual (isto é, a renúncia à satisfação instintual) que efetuara ao deixar a mãe ir embora sem protestar”⁶⁸ (grifo nosso). Isso, de certa forma, atualiza a percepção esmiuçada em 1913 sobre a relação entre renúncia e sociabilidade.

Em 1908, no trabalho *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*, Freud defendia a hipótese de que os regulamentos e regras sociais impediam⁶⁹ a realização plena da pulsão, mas, logo percebeu seu equívoco e assinalou, contrariamente, que havia sim um limite interno à pulsão, que a impedia de saturar-se, de satisfazer-se em definitivo – a bem da verdade, se a satisfação plena fosse possível, significaria o silenciamento da vida psíquica.

Em 1930, então, ele reformula profundamente o que havia teorizado na primeira década do século XX, sofisticando e complexificando o seu entendimento. Mais uma vez, o autor efetiva uma virada interpretativa importante em sua teoria, na qual a civilização passa a ser entendida como encaminhamento, como escoadouro para o acossamento pulsional.

Isso consolidou o reconhecimento de um limite que se apresenta sempre: a castração – constatação que Freud já vinha elaborando em trabalhos anteriores. Significando a afirmação da existência de uma impossibilidade no caminho da satisfação plena. Essa nova visada ratificava o enorme avanço no entendimento da questão, no que a cultura havia deixado de ser entendida como entrave, como obstáculo, e passado a ser concebida como a resultante de um dos destinos dados à pulsão.

⁶⁸ Cf. Freud, 1920/2003, p. 26.

⁶⁹ [A] “influência prejudicial da civilização reduz-se principalmente à repressão nociva da vida sexual (...) através da moral sexual ‘civilizada’ que os rege” (Freud, 1908/1996, p. 191). Conferir também pp. 192, 194, 199, 200 do mesmo trabalho.

Nessa passagem da pulsão à cultura, Freud (1930) afirma que traços constituintes de nossa ‘personalidade’ seriam formados, e ele cita o exemplo das crianças na sua relação espontânea com as fezes,⁷⁰ que costuma ser transformada posteriormente em traços de higiene, limpeza, ordem e asseio; embora, em casos específicos, o psicanalista reconheça que isso possa se tornar algo tão intenso, exacerbado e dominante que chegue a configurar o que chamou de alguém com “caráter anal”. Então ele pontua: “Não podemos deixar de ficar impressionados pela semelhança existente entre os processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo.”⁷¹

Nessa relação de analogia, o autor destaca ainda como ponto comum entre os processos individual e coletivo a inevitabilidade do conflito entre as duas classes de pulsões: de um lado, as forças construtivas, organizadoras, que unem e preservam, e de outro, as forças destrutivas, hostis, que competem, desorganizam e desagregam. Embora Freud (1930/1997) perceba essa característica – uma “batalha de gigantes”⁷² – estando presente nas esferas psíquica e social, ele também reconhece particularidades que distinguem as duas constituições. Enquanto a constituição da civilização teria como meta principal “criar uma unidade”,⁷³ a meta principal do sujeito, isoladamente, seria ser feliz e se satisfazer de acordo com o seu programa do princípio de prazer.

Vemos despontar um conflito de interesses, em que o objetivo da civilização é em parte contrastado com o objetivo do sujeito. Tanto que, para se referir à essa relação tensa, desarmônica e conflituosa entre ambos, o autor usa expressões como “antítese” e “antagonismo”.⁷⁴ Mas logo trata de fornecer uma solução para essa antinomia, preservando o paradoxo ao criar a seguinte imagem:

Assim como um planeta gira em torno de um corpo central enquanto roda em torno de seu próprio eixo, assim também o indivíduo humano participa do curso do desenvolvimento da humanidade, ao mesmo tempo que persegue seu próprio caminho na vida. (FREUD, 1930/1997, pp. 105, 106)

⁷⁰ Freud nomeia de erotismo anal.

⁷¹ Cf. 1930/1997, p. 51.

⁷² *Ibid*, p. 82.

⁷³ *Ibid*, p. 105.

⁷⁴ *Ibid*, pp. 63, 64.

Notamos que, apesar dele perceber pulsão e civilização como elementos díspares, ainda assim sustenta, ao longo de sua obra, que o processo civilizacional e a constituição do sujeito se articulam,⁷⁵ denotando uma forma inédita de conceber o sujeito.

Lacan (1959-60), por sua vez, teve o mérito de resgatar e enfatizar a contundência dessa descoberta freudiana, ressitando a contribuição diferencial do criador da psicanálise para a discussão. Segundo ele, com suas descobertas, Freud ultrapassou o ponto de vista tradicional – que opunha indivíduo e sociedade e os entendia de forma estanque, separada e, às vezes, até antagonica. Freud teria efetivado um passo importante no sentido de deslocar a discussão para o nível que realmente interessa: o nível pulsional, voltando-se assim para o conflito entre as pulsões, para a dinâmica pulsional. A citação nos informa um pouco disso:

O indivíduo doente, tal como Freud o aborda, depende de uma outra dimensão que não aquela das desordens do Estado e dos distúrbios de hierarquia. Freud lida com o indivíduo doente como tal, com o neurótico, com o psicótico, ele lida diretamente com as potências da vida na medida em que desembocam nas da morte (LACAN, 1959-60/1997, p.133)

Conforme delineamos anteriormente, a condição pulsional e o processo identificatório revelam nossa inevitável relação ao Outro. Sendo valioso resgatarmos o que Freud pontuou sobre a dificuldade que temos para lidar com essa dimensão, qual seja: com o fato de que nos é imposto um convívio social.⁷⁶ Há dois momentos bastante claros disso, um quando ele retoma a fábula schopenhauriana – que mostra a relação sempre insatisfeita entre nós mesmos e os outros – e outro momento quando ele afirma que temos de restringir o ódio e a agressividade para constituirmos uma sociedade e, por isso, direcionamos ambos para fora – fenômeno nomeado por ele como “narcisismo das pequenas diferenças”.

Parece-nos plausível indicar que os mecanismos pulsional e identificatório são, ambos, motores do laço social e do sujeito simultaneamente. Não sem razão, Freud afirma de modo peremptório em 1921 – trabalho em que esmiuçou os aspectos libidinais, amorosos e identificatórios – a relação indissociável entre psíquico e social, evidenciando, assim, a intrincada conexão entre eles. Um trecho célebre ilustra isso: “Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo (...) de maneira que, desde o começo, a psicologia

⁷⁵ *Ibid*, p.51.

⁷⁶ Convívio que é absolutamente necessário.

individual (...) é, ao mesmo tempo, também psicologia social.”⁷⁷ Mezan (1990), por sua vez, faz uma colocação bastante precisa e feliz a respeito do modo como a cultura é concebida por Freud. Segundo ele, o social é entendido freudianamente como alteridade, ou, em suas palavras:

para o indivíduo, as relações com os demais são determinantes para a ‘satisfação de suas pulsões’. É desse ponto de vista que o ‘outro’ aparece em quatro posições possíveis: ou é objeto da pulsão, ou um meio de obter esse objeto, ou um obstáculo que se interpõe entre este e o sujeito, ou finalmente, um modelo para o sujeito. (...) a socialidade é necessariamente reduzida, por Freud, à alteridade (MEZAN, 1990 apud GUIMARÃES E CELES, 2007, p. 345, nota de rodapé)

Acreditamos, a partir disso, que as questões socialmente colocadas somente podem ser ‘decididas’ no âmbito mais particular, pois tudo indicou que é na esfera pulsional que se apresentam os impasses referentes à conduta social humana, conforme Lacan e Freud muito bem salientaram.

Lacan (1959-60/1997, p. 112) sinaliza para o momento épico experimentado por todos – nomeado de “aventura libidinal individual” –, que impõe a cada um de nós escolhas que devem ser feitas, caminhos que precisam ser trilhados. É justamente o que traz à tona a discussão sobre a formação do psiquismo e do laço social, pois, mostra-se imperioso um posicionamento frente a isso, uma tomada de atitude que estabeleça algum ordenamento, alguma organização psíquica a partir dos destinos dados à pulsão, passando necessariamente pela perda e pela identificação. Em outras palavras, cada um de nós estabelece um arranjo pessoal para lidar com isso que se apresenta de modo avassalador e universal: a castração e a exigência pulsional. Costa (2001, p. 103) sintetiza esse debate colocando que “tanto o *pathos* quanto as construções culturais procedem de uma questão em comum”.

3.2 Do mal-estar ao mal banal

A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
(...)

⁷⁷ Freud, 1921/1972, p. 91.

Não aguento ser apenas um
 sujeito que abre
 portas, que puxa válvulas,
 que olha o relógio, que
 compra pão às 6 horas da tarde,
 que vai lá fora,
 que aponta lápis,
 que vê a uva etc. etc.
 Perdoai
 Mas eu preciso ser Outros.
 Eu penso renovar o homem
 usando borboletas.

Manoel de Barros

Se até agora mostramos o desamparo, a constituição psíquica a partir do Outro, a crença e a impossibilidade de realização plena das exigências pulsionais como cernes de nossa subjetividade, iremos aprofundar, em seguida, a dificuldade que o sujeito tem para lidar com a alteridade, com a diferença.

3.2.1 O mal-estar

Em *O mal-estar na civilização* (1930), Freud não poupa esforços para enfatizar a problemática envolvida no nosso convívio inevitável com os outros. Ele ressalta, por exemplo, a agressividade e a hostilidade inerentes às relações, que se manifestam, inclusive, nas situações afetivas e amorosas. Em verdade, a agressividade seria uma disposição pulsional primária, original, autossubsistente segundo ele.⁷⁸

Ao colocar-se como obstáculo aos anseios civilizacionais, desestabilizando as relações, faz-se necessário controlar e restringir essa intransigência. É então que Freud (1930/1997, p. 68) menciona a necessidade de constituirmos “formações psíquicas reativas”, tais como as identificações e os relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade, para podermos canalizar tal agressividade. Ele também aponta o mandamento ‘Ama teu próximo

⁷⁸ Cf. Freud, 1930/1997, pp. 70, 81. Posteriormente, Lacan também reiterou isso ao resgatar Lutero, que apontava o “caráter radicalmente mau da relação que o homem entretém com o homem” (Lutero *apud* Lacan, 1959-60/1997, p. 123).

como a ti mesmo’ como um mecanismo importante no sentido de frear a brutalidade – mandamento, no entanto, impossível de ser cumprido segundo o próprio o autor.

É interessante nos determos brevemente sobre tal mandamento, uma vez que este porta a pretensão de atingir a todos, além de apresentar o pressuposto da equiparação, do emparelhamento dos sujeitos, tornando todos iguais. Freud (1930/1997, pp. 54, 64, 65) objeta que apenas amamos àqueles que supomos serem semelhantes ou superiores a nós no que tange aos valores e ideais. Se, porém, tratar-se de pessoa distante desses parâmetros, incapaz de “atrair-me por um de seus próprios valores”, será bastante difícil amá-la. Nesse caso, haverá hostilidade e intolerância no lugar do amor. Cabendo, assim, a colocação de que essa aversão teria a ver com a diferença que o outro encarna. O que nos leva a supor que manifestações de estranhamento e intransigência contra “loucos”, “delinquentes”, “jovens abandonados” e outros se dão, provavelmente, devido ao fato deles serem ‘desviantes’ dos valores socialmente compartilhados.

Freud (1921, 1930), ainda, ressaltou que é difícil para nós abrir mão da satisfação implicada na agressividade; e justamente por isso, segundo ele, seria comum a constituição de grupos menores que se mantêm coesos graças ao artifício da exclusão da diferença – viabilizando o exercício da agressividade, que passa a ser externada e concentrada no(s) elemento(s) diferente(s) não pertencente(s) ao grupo.

A constituição desses grupos formados em torno de um traço comum, à custa da segregação dos que não partilham de mesmo traço, faz direcionar toda a brutalidade para os ‘estrangeiros’ – fenômeno discriminado por Freud (1918, 1921, 1930) e nomeado de “narcisismo das pequenas diferenças”.

A radicalidade da postura do psicanalista está em revelar a inclinação humana para o mal, para a violência, chegando a aproximar o homem à “besta selvagem”,⁷⁹ fato que estaria associado à nossa condição pulsional. Como vemos, trata-se de uma percepção nada desavisada ou ingênua sobre a humanidade:

os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. (FREUD, 1930/1997, p. 67 - grifo nosso)

⁷⁹ *Ibid*, p.68.

É desse ponto nevrálgico, muito bem notado, que advém grande parte de nossas dificuldades para lidar com o mundo, com os outros, com a vida, enfim. Frente à tamanha dificuldade para lidarmos com a diferença e com a inclinação para a agressão é que alguns optam por defender-se da alteridade, protegendo-se sob o jugo da especularidade, da relação amistosa e fraterna, assim formando uma comunhão entre iguais ou os chamados ‘grupos psicológicos’ – massas uniformes que se mantêm devido ao aniquilamento da diferença. Essa situação foi rigorosamente descrita e aprofundada em *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921), trabalho já abordado aqui anteriormente, mas que necessita ser aprofundado.

Outra importante conclusão do *Mal-estar na civilização* (FREUD, 1930/1997, p. 98) diz respeito à inevitável “necessidade inconsciente de punição”. Uma vez tendo recalcado e abdicado de parte da agressividade e constituído a instância do Supereu, isso faz irromper o que Freud qualificou como ‘sentimento inconsciente de culpa’ – fato generalizado por estarmos todos submetidos à renúncia pulsional –, e que ele vem a renomear, passando a chamar de ‘mal-estar’.

O autor também conclui sobre o fato de nada poder garantir o bem, o progresso ou a harmonia em se tratando do laço constituído pelos homens, sendo mesmo impossível pensar em aperfeiçoamento no que tange à civilização (cf. 1930/1997, p. 51). Não caminhamos para o progresso. Na verdade, Freud defende a existência de uma ligação nossa apaixonadamente patológica para com as determinações – sexuais e destrutivas – que nos marcam, sendo essa visada uma contribuição realmente inovadora e importante da psicanálise.

3.2.2 O mal banal

Em um mundo submetido à universalização, há uma visível intolerância em relação às particularidades.

Doris Luz Rinaldi

[Freud] demorou algum tempo para constatar que o recalque recaía essencialmente sobre os componentes perversos da sexualidade e para

reconhecer a universalidade dessas tendências perversas no ser humano e sua origem infantil.

Catherine Millot

O legado freudiano – a psicanálise – oferece um campo repleto de paradoxos por ir fundo demais nas questões, tendo como balizador a prática clínica. Então, por exemplo, ao mesmo tempo em que Freud mostra a identificação como um limitador da agressividade que viabiliza o vínculo social – a partir da transformação da rivalidade em fraternidade, com a passagem da horda primeva para o clã totêmico –, ele também a aponta como um possibilitador, um sustentáculo da segregação e do racismo nos fenômenos de massa, contraditoriamente.

A propósito das massas, é importante ressaltarmos que o diferencial da interpretação freudiana se baseou no autor não ter se dado por satisfeito com as explicações fornecidas pelos sociólogos, neurologistas e psicólogos sociais⁸⁰ de sua época. Diferentemente, Freud (1921) apostou firme num possível entendimento psicodinâmico do fenômeno, fazendo uma análise que levava em consideração o aspecto pulsional e o sujeito⁸¹ que por isso deve responder.

Partindo, então, de norteadores distintos, esses estudiosos contemporâneos a ele adotaram outros parâmetros para explicar o funcionamento da “mente grupal”, que dava coesão e unidade ao grupo, tendo apontado a ‘sugestionabilidade’ ou, mesmo, suposto um ‘instinto social’ próprio à humanidade. Freud (1921), por sua vez, não concordava completamente com tais explicações, embora tenha aceitado a noção de “mente coletiva” e reconhecido o impacto da sugestão no grupo. Mas, ele estava convicto de que era preciso ir além nas investigações, a fim de se descobrir qual a causa da sugestão, qual a sua origem.

Foi, então, pela perscrutação teórica e clínica que Freud (1921) chegou à descoberta do que mantém as pessoas reunidas em torno de um líder ou de um ideal. Segundo o autor, o vínculo amoroso que os membros mantêm entre si e com o líder, associado ao fenômeno da identificação seriam os verdadeiros mantenedores dos ‘grupos psicológicos’.

Aprofundando a respeito, Costa (2001) ressalta que o líder – ao contrário do que comumente se acredita – não serve de exemplo, mas, presta-se apenas à personificação do

⁸⁰ Tais como: Le Bon, McDougall, Bernheim, Trotter, entre outros.

⁸¹ Embora essa não seja uma categoria freudiana, é possível depreendê-la de sua obra a partir de uma leitura lacaniana.

anonimato. Ele não é um modelo prévio a que todos aderem e seguem; na verdade, o líder é indissociável da massa, ou, nas palavras da autora: “Grupo e líder se alimentam de uma identidade única, economizando a experiência singular, que sempre passa por suportar perdas e ignorâncias” (COSTA, 2001, p. 112 - grifo nosso). Destacamos os trechos acima justamente porque também apostamos nisso: de que existe uma ‘economia da experiência singular’ que sustenta a dinâmica das massas, proporcionando ao participante o evitamento do confronto com a ausência de saber, com a castração.

Vale destacar que, nesse texto, Freud percebeu a importância, a necessidade vital para o grupo da transformação de todo e qualquer vínculo sexual direto em relação inibida sexualmente, pois, do contrário, a coesão grupal não se manteria e ruiria com a diferença. Conforme notou, a ‘libido’⁸² regente das massas não se diferenciava de acordo com os sexos, ela se mantinha indistinta e uniforme, mostrando completo desprezo pelos objetivos da genitalidade. A massa é sempre marcada por essa homogeneização, que denota um recuo na relação, uma regressão, que, por sua vez, sustenta relações amorosas de identificação.

É assim que o líder, projeto ou ideia abstrata – único objeto investido, alvo dessa ligação amorosa, não sensual – acaba se tornando sublime, precioso, idealizado, ao passo que o Eu vai se limitando e ficando cada vez mais modesto. O que ocorre é que o Eu adota uma postura de devoção crescente ao objeto e isso acarreta a diminuição do narcisismo. Quando tal mecanismo é levado ao extremo, pode-se dizer que o objeto “consumiu o ego” – já que o objeto fora antes colocado no lugar de Ideal do Eu.⁸³ Nos termos freudianos, os membros do grupo “colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego” (FREUD, 1921/1972, p. 147). Cada um abriu mão de seu próprio Ideal do Eu para constituir um 'Ideal de grupo'⁸⁴ único, estabelecendo a não mais diferenciação, que consolida a relação especular do tipo semelhante-semelhante.

Freud reconheceu a enorme abrangência dessa dinâmica, a ponto de considerá-la como parte constituinte de nossa civilidade. Para ele, isso era tão disseminado e impregnado na socialização ordinária que aparecia na reprodução impensada e automática dos valores, nos estigmas sociais, além dos casos do exército e da igreja. Acompanhemos a citação:

⁸² Termo utilizado por Freud (1921/1972, p.177).

⁸³ Cf. *Ibid*, pp.143, 144.

⁸⁴ *Ibid*, p.163.

Somos lembrados de quantos desses fenômenos de dependência fazem parte da constituição normal da sociedade humana, de quão pouca originalidade e coragem pessoal podem encontrar-se nela, de quanto cada indivíduo é governado por essas atitudes da mente grupal que se apresentam sob formas tais como características raciais, preconceitos de classe, opinião pública etc. (FREUD, 1921/1972, pp. 149, 150).

O vínculo amoroso entre os membros e o líder juntamente com a identificação são os mecanismos que respondem, em conjunto, por tamanha transformação psíquica, perceptível pela limitação do narcisismo; pela dessexualização das relações; pela limitação intelectual e desaparecimento do senso de responsabilidade; pela exacerbação emocional; pela restrição das liberdades individuais etc. Essas seriam algumas das características da massa, que é baseada em relações harmônicas e igualitárias, segundo Freud (1921), regidas pelo amor e orientadas para a exclusão da diferença.

Talvez possamos supor que a indistinção sexual, a fascinação devotada ao objeto/líder e a unificação homogeneizante sejam a base de sustentação da automatização⁸⁵ fortemente presente nas massas, nas quais notamos, a partir de Freud, a acefalia dos processos inconscientes.

Nesse ponto, embora Freud e Le Bon⁸⁶ concordassem no referente ao funcionamento maquinal, involuntário, eles discordavam em relação às características surgidas no grupo, um postulando serem novas e o outro, antigas. Le Bon (*apud* Freud) defendia que as características não existiam antes, que eram forjadas pelo simples agrupar-se; ao passo que Freud apostava que elas eram inconscientes, antigas, tendo sido liberadas em razão da dinâmica grupal, que operava a suspensão da censura com a anulação do recalque. Essa foi uma nuance importante que o psicanalista empreendeu, sublinhando a complexidade da consideração do problema.

Interessava, portanto, a Freud dar ênfase ao fato das características terem encontrado uma brecha, pois isso implicava que a suspensão do recalque somente ocorrera em virtude de determinada configuração pulsional propiciada pela massa – fato semelhante acontecia com a hipnose.⁸⁷ Mais precisamente, para ele, não seriam apenas características novas, mas

⁸⁵ O próprio Le Bon afirmava: “transformou-se num autômato que deixou de ser dirigido pela sua vontade” (*apud* FREUD, 1921/1972, p. 99).

⁸⁶ Gustave Le Bon foi um famoso pesquisador francês, bastante citado à época, cuja obra “Psicologia das multidões” foi publicada no Brasil pela editora Martins Fontes, sendo até hoje consultada.

⁸⁷ Sob efeito do hipnotizador, o recalque cai e a pessoa consegue revelar as motivações inconscientes/recalcadas dos seus sintomas.

“manifestações desse inconsciente, no qual tudo o que é mau na mente humana está contido como uma predisposição” (1921/1972, p. 98).

Isso nos faz lembrar o caso Eichmann, tão bem narrado por Arendt no célebre livro *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal* (1964/1999). O livro traz a análise empreendida pela autora a partir do julgamento desse famoso burocrata nazista, “perito na questão judaica” e “autoridade em emigração e evacuação”.⁸⁸ Durante o nazismo, Eichmann ficou responsável pela deportação dos judeus e, em seguida, pelo transporte em massa desses para os campos de concentração, tendo sido peça-chave na logística de extermínio.

Hannah Arendt – célebre filósofa alemã do século XX – acompanhou e cobriu o julgamento do burocrata para a revista norte-americana *The New Yorker*, tendo escrito esse livro que, além de descrever as audiências e os atos de Eichmann durante o nazismo, também analisou com profundidade a postura dele na vida.

No decorrer do julgamento, surpreendentemente o acusado afirmou não ter tido razões pessoais para desejar matar judeus e outros. De modo que a sua adesão ao projeto nazista se mostrou absolutamente desmotivada de paixões ou de ódios racistas/religiosos, já que ele nunca lera nem uma linha sequer do *Mein Kampf*⁸⁹ ou do programa partidário do qual fez parte, por exemplo – conforme atesta a autora. Arendt cita um comentário dele muito ilustrativo, em que Eichmann (*apud* ARENDT, 1999, pp. 44, 45) diz: “foi como ser engolido pelo Partido contra todas as expectativas e sem decisão prévia. Aconteceu muito depressa e repentinamente.” Vemos a posição claramente apassivada de Eichmann: assujeitado e completamente entregue – justamente por isso, atestamos o seu envolvimento 'até o pescoço', à luz da visada psicanalítica.

Investigando a vida pregressa do acusado, a autora concluiu que a adesão cega dele se baseou no seu posicionamento errante na vida. Eichmann, segundo a autora, sempre fora uma figura apática, sem opinião ou vontade próprias, desiludido profissionalmente e incapaz de dar um rumo melhor para a sua vida.

Arendt (1964/1999), então, elabora sua hipótese sobre a banalidade do mal, ou seja, de que havia um mal banal sustentando àquelas atrocidades todas. Um mal frívolo, vazio e

⁸⁸ Cf. Arendt, 1964/1999, p. 79.

⁸⁹ Livro escrito por Adolf Hitler, que expressava suas ideias antisemitas, racistas e nacionalistas. (in: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mein_Kampf)

intimamente ligado ao comportamento burocrático de Eichmann na vida, a ponto dele ter participado de um dos mais tenebrosos massacres da história da humanidade sem nem ao menos ter ‘percebido’, sem ter convicções nem planos megalomaniacos ou, mesmo, sem ser um perverso de estrutura. Segundo ela, o caso Eichmann sinalizava a possibilidade de existência de algo monstruoso no cerne de nossa sociabilidade:

O problema com Eichmann era exatamente que muitos [que participaram] eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante. (ARENDETT, 1964/1999, p. 299)

Acentuamos aqui o fato de Eichmann ter sempre se mostrado excepcionalmente disponível e suscetível às decisões de um terceiro (o Partido ou Hitler); colocando-se absolutamente à mercê, à disposição da máquina burocrática nazista. Isso, por sua vez, parece denotar um forte anseio de Eichmann por obter parâmetros reguladores universais que viessem a lhe propiciar um direcionamento, conferindo-lhe o amparo necessário nas ações e decisões importantes da vida. Tudo, de fato, parece sugerir que ele verdadeiramente ansiava por normas.

Conforme apontamos anteriormente, nossa condição pulsional, linguageira e dependente do Outro faz com que estejamos à nossa própria sorte, sem bússola, mapa nem orientação possível. Somos estruturalmente desamparados, exilados da natureza, alçados às dimensões pulsional e cultural – condições que nos marcam como seres de prazer, de desejo e de gozo,⁹⁰ não de instinto.

Relembremos o completo exílio do sujeito – comentado ao longo da dissertação –, que tem de saída uma impossibilidade de acesso a qualquer bem existente no mundo, até por não haver saber nem significado capazes de dar conta de nossa experiência.⁹¹ A ausência de Bem natural tem a ver com o fato do Bem estar relacionado ao objeto incestuoso para sempre perdido – a mãe.

⁹⁰ Dimensões advindas pelo atravessamento da linguagem.

⁹¹ Cf. Lacan, 1959-60/1997, p. 118.

Lacan (1959-60/1997, p. 112) afirma que não é factível um “equilíbrio normativo com o mundo”, justamente porque a esfera pulsional impede qualquer retorno à natureza.⁹² A pulsão difere enormemente da dimensão instintual, que admite maturação e implica em adaptação ao meio e equilíbrio. No campo pulsional, nenhuma mestria é possível, não existe regulação natural e “todo o microcosmo não tem absolutamente nada a ver com o macrocosmo”.⁹³ E, por isso, qualquer promessa de universalidade, de padronização no que tange à experiência do sujeito é falaciosa, é engodo.

Mas, é acalentador acreditar que existe alguém capaz de nos ensinar a viver as encruzilhadas da vida, de nos orientar em relação aos caminhos a serem tomados. E quem, em algum momento de dificuldade, nunca quis um adivinho, um sábio, um mestre como guia?

Parece-nos que normas diretivas e orientações de toda ordem (religiosas, científicas, comportamentais) soam bastante atraentes, tentadoras e sedutoras exatamente pelo movimento pulsional funcionar muitas vezes acefalamente, constituindo um circuito de vaivém. Isso nos leva a pensar que a existência da pulsão faz irromper a questão da norma, da crença como seu contraponto; sendo desse modo que entendemos a seguinte colocação lacaniana: “A dimensão da pastoral nunca está ausente da civilização e nunca deixa de se oferecer como um recurso a seu mal-estar” (1959-60/1997, p. 113).

Interpretamos, com isso, que tanto a constituição da massa quanto o caso Eichmann e determinadas situações profissionais de trabalho⁹⁴ atualizam esse anseio pela norma, pelo *expert* – alguém que homogeneíze a experiência e uniformize o trato social –, revelando a dificuldade do sujeito para reconhecer a alteridade abissal própria à estrutura.

Na dinâmica grupal, os sujeitos passariam a estranhar pequenas diferenças, devido à dificuldade de conseguirem permitir dar lugar ao singular. Esse é o ponto que realmente nos interessa nessa dissertação, ou seja, a pretensão de homogeneização, a busca por universalidade e a irresponsabilidade que vem a reboque disso e que visa a silenciar essa problemática.

Passemos ao próximo item, em que descrevemos e analisamos algumas situações coletadas nas duas instituições referidas na introdução.

⁹² Lacan adverte: “não podemos absolutamente confundir o domínio dos *Triebe* com uma reclassificação (...) das familiaridades do ser humano com seu meio natural.” (*Ibid*, p. 115)

⁹³ *Ibid*, p. 117.

⁹⁴ As quais citamos brevemente antes e trataremos melhor no item seguinte.

3.3 Fragmentos de situações e de casos clínicos

Gostaria de considerar e analisar situações por mim vividas e/ou testemunhadas em duas instituições de internamento – uma em que trabalhei diretamente no serviço e outra em que atendi fora da instituição. No primeiro caso, tratava-se de um complexo psiquiátrico com muitas décadas de existência; no segundo, tratava-se de um abrigo para crianças e adolescentes em risco social. Ambos chamaram atenção, dentre outras coisas, pela existência de características parecidas, apesar das enormes diferenças contextuais. Peço licença ao leitor, nesse momento, para alternar tanto os tempos verbais (passado/presente) quanto os pronomes pessoais (eu/nós), para, assim, conseguir ser mais fiel à temporalidade e à minha implicação direta ou não em cada caso.

Passemos à análise das situações que nos fizeram questão. No referido complexo psiquiátrico, conforme descrito na introdução, existiam pacientes internados havia 30, 40 anos e, às vezes, até 50 anos ou mais – em razão não somente da condição psicótica e da ausência de suporte familiar, mas, principalmente, devido à cultura manicomial/asilar de uma época histórica.

À medida que esses pacientes eram avaliados como aptos a migrar para o ‘Programa de Volta para Casa’,⁹⁵ eles iam sendo encaminhados para o nosso serviço de Residências Terapêuticas. Juntamente com eles, vinham seus prontuários datados da época em que tinham sido internados no asilo.

Os pacientes chegavam, em sua grande maioria, embotados afetivamente e bastante comprometidos no que tange à autonomia. Os prontuários, por sua vez, apresentavam um retrato fidedigno de suas vidas no asilo: traziam a pobreza discursiva na qual estavam imersos havia tantos anos – evidente, por exemplo, pela repetitiva descrição: “paciente estável, conduta mantida” e pela ausência de relatos sobre acontecimentos relevantes de suas vidas.

Nada aparecia pormenorizado no prontuário: nem momentos de crise nem menções ao cotidiano – isso, quando eles existiam. Relatos esvaziados e semelhantes a informes eram o que maciçamente constava nos prontuários. Os raros registros personalizados eram muito

⁹⁵ “Criado em 2003, o programa (...) assegura ao portador de transtornos mentais sua reinserção na sociedade, com dignidade e estrutura, seguindo uma política de saúde mental. (...) O programa De Volta para Casa é uma parceria do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal com municípios conveniados.” [em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/programas-e-campanhas>]

curtos, restringindo-se a resumos sucintos sobre a história familiar progressiva do interno, por exemplo. Essa era a realidade da grande maioria dos casos que chegavam até nós. Não havia muito mais além disso.

Foi somente por volta da década de 1990 que pudemos perceber as diferenças nos registros dos prontuários: passamos a observar relatos um pouco mais descritivos, que começaram a aparecer de modo ainda esparso. Daí em diante, passou-se finalmente a se ter mais propriamente notícias do ‘fulano’, do ‘sicrano’ etc. Concluímos, assim, que toda a riqueza da descrição clínica bem como de outros relatos haviam se perdido no tempo, devido ao não registro frequente dos acontecimentos. Situações foram omitidas ou nem sequer observadas ao longo de todo aquele tempo, fazendo-nos interrogar se isso era mesmo fruto da sistemática ausência de registro ou fruto do sistemático registro impessoal?

Até a década de 1990, não havia preocupação nem cuidado em fazer registros históricos para a posteridade nem, muito menos, em resgatar narrativas ou a ‘memória’ dos pacientes. Sabe-se lá como eram passados os casos entre profissionais quando um médico ou enfermeiro, por exemplo, tinha de se ausentar ou de se desligar da instituição.

Sem contar a estrutura física original pouco diversificada do complexo psiquiátrico, com muitos espaços impessoais – pavilhões divididos em alas feminina e masculina – e poucos serviços com quartos coletivos⁹⁶ e decorados – privilégio somente de alguns serviços.⁹⁷

Embora muito se tenha melhorado no complexo psiquiátrico com o advento da Reforma Psiquiátrica, ainda assim havia certo gerenciamento administrativo da vida e da rotina dos internos, com falhas nos abastecimentos: de materiais – vez ou outra acontecia de os pacientes terem de comer bife com colher de plástico ou com a mão por não haver garfo nem faca; de medicamentos – por negligência assistencial do Estado; de transporte – devido à escassez de ambulâncias e de kombis, que não conseguiam atender à grande demanda do complexo todo e, assim, levar os pacientes para consultas médicas e outros compromissos.

Todas essas situações parecem indicar a impassibilidade, a indiferença do tratamento dispensado ali na maior parte do tempo e, também, deixam entrever a desconsideração pelos aspectos singulares dos pacientes, indicando a carência de aposta e de investimento desejante por parte dos profissionais nesses casos.

⁹⁶ Quartos para 2, 3 ou 4 pacientes.

⁹⁷ Privilégio, na verdade, que se mostrava fruto da atitude de alguém – ou do diretor do serviço, ou do diretor da instituição, ou do Secretário de Saúde etc.

Juntamente com isso, era frequente ouvir comentários de moradores e de ex-funcionários que residiam na área do complexo psiquiátrico, dentro do terreno mesmo, e que externavam o discurso viciado e antecipador implícito, mas em causa ali: “louco não pode morar fora do hospital”, “louco é perigoso e não pode viver numa casa sozinho, sem enfermeiros”, favorecendo ainda mais o engessamento discursivo de antes.

Quanto ao abrigo – cujos internos atendemos fora da instituição –,⁹⁸ certa generalização e antecipação também não eram incomuns. O caso do paciente H., por exemplo, é bastante ilustrativo disso: H. apresentava um comportamento violento em casa, na rua e na instituição, muito embora em atendimento eu percebesse que sua violência não era gratuita, podendo até ser exagerada, mas não completamente descabida. Até o dia em que o paciente me narra uma abordagem bastante equivocada e questionável por parte de um técnico do abrigo. Certa vez, numa saída de H. do abrigo, ele foi a um baile funk, transou com uma menina durante o baile, ao ar livre, ficou com a blusa suja de sangue por ela estar menstruada, e, ao regressar ao abrigo, foi automaticamente repreendido pelo profissional sem ter a chance de ser escutado. O técnico havia concluído precipitadamente que a camisa manchada era fruto de um envolvimento dele em alguma briga. Na lógica: uma vez H. violento, H. violento sempre, então qualquer sangue ou traço parecido nele que remetesse a situações agressivas, necessariamente seria sinal de que H. havia se metido em confusão. Claramente, essa foi uma avaliação preconceituosa, que desembocou em uma atitude engessada e antiprofissional.

O efeito disso – da versão do rapaz ter sido ignorada e ter vigorado exclusivamente a interpretação antecipadora e não dialetizável do técnico – foi H. ter ficado revoltado e ter reagido agressivamente, repetindo mais uma vez a marca “violento”, que era sistematicamente reforçada toda vez que alguém lhe colocava nesse mesmo lugar. Em outras palavras, o técnico do abrigo havia reduzido toda a complexidade do sujeito H. a uma marca única, um significante estigmatizado, que, em certa medida, favorecia a reincidência desse comportamento no adolescente.

Além disso, o profissional – enquanto responsável e designado para a assistência – perdeu uma grande oportunidade de conversar sobre o fundamental naquela situação, qual seja, a saúde e o bem-estar daquele adolescente, que passavam pelas seguintes questões: o uso de preservativo, a existência e o risco de doenças sexualmente transmissíveis, a possibilidade

⁹⁸ Mais precisamente, no ambulatório da UERJ.

de gravidez e outros assuntos que pudessem vir a surgir em um diálogo pautado pela dimensão do cuidado e da singularidade.

Outro caso ilustrativo do discurso reducionista, marcado pela estigmatização – que cristaliza o paciente em um lugar fixo, engessando-lhe uma identidade – é o caso das três crianças pequenas abrigadas que recebemos separadamente em atendimento,⁹⁹ com o seguinte relato clínico da instituição: três irmãos¹⁰⁰ foram morar com o avô paterno em decorrência da negligência materna, mas, pouco tempo depois, o avô os entregou para o Conselho Tutelar, fazendo uma queixa formal por escrito contra os netos, na qual descrevia os meninos como “bizarros” e relatava cenas extremas de questionável veracidade, como: o suposto envolvimento do menor deles com bandidos e a ameaça que este teria feito apontando uma faca para o avô, além da sexualidade exacerbada e “grotesca” deles, segundo relatara. O avô concluía escrevendo que a presença das crianças em casa “abalava a ordem familiar”, sendo insustentável o convívio. Diante disso, a equipe técnica do abrigo acatou completamente a narrativa desse senhor, sem relativizá-la nem deixá-la em suspenso, sem verificar a fundo o ocorrido. Eles reproduziram de tal modo o enunciado do avô, dando-lhe tamanho peso e importância, que passaram a reproduzi-lo sistematicamente, reforçando o sentimento de abandono nos garotos, que vieram para os atendimentos bastante penalizados, sentindo-se culpados.

Resumidamente, ambas as instituições tinham um cotidiano regado, determinado hierarquicamente, tolhido de liberdade e de privacidade e, em alguns momentos, destituíam o sujeito (paciente/interno); sendo nefasto esse não reconhecimento, essa desautorização da experiência singular aliado ao descaso da assistência, conforme mostramos até agora.

Lembrando-se ainda que, quando o hospital se apresenta como local de moradia – o que historicamente era regra até a promulgação da Reforma Psiquiátrica brasileira –, evidencia uma pretensão de se instituir e se consolidar como lugar capaz de dar conta de todas as necessidades do interno, verdadeiramente se ocupando do fornecimento de uma assistência integral, que facilmente recai no tratamento homogêneo, generalista.

⁹⁹ Na equipe de pesquisa e de atendimento clínico formada, à época, pelas psicólogas Sonia Altoé, Magali Milene e eu.

¹⁰⁰ Com idades de 3, 6 e 7 anos.

Vimos isso nos exemplos trazidos, em que tudo indicava uma forte tendência à universalização do cuidado, a partir da tentativa de redução da diversidade a uma identidade fixa, que pudesse facilitar o manejo institucional. Ao transformar a multiplicidade do sujeito em poucos e previsíveis traços, gera-se como consequência o achatamento e o empobrecimento da clínica. Sendo a história do complexo psiquiátrico enorme prova disso, donde se pretendeu a padronização dos procedimentos e da assistência, à custa do rechaço ao singular, da dispensa do caso a caso. Costa (2001, p. 116, grifo nosso) atenta: “A tendência à exclusão da privacidade é tão generalizada que mesmo os exercícios mais íntimos passam a representar meros signos coletivos, esvaziados de um sujeito”. Era esse o caso do complexo psiquiátrico na maior parte do tempo de sua existência.

É preciso lembrar, também, que os pacientes psiquiátricos se encontravam absolutamente isolados da pluralidade discursiva do mundo, haja vista sua longa internação e confinamento. Impedidos durante décadas de circular pela *pólis*, eles se viram impossibilitados de desfrutar dos diferenciados discursos da vida, ficando restritos ao discurso institucional maciço, que os atravessava e os determinava em certa medida. Como Costa-Moura (2006) assinala: “O sujeito emerge, portanto, deste laço produzido pelo discurso. E é, assim, permanentemente atravessado pelas implicações do laço social onde se produz sua emergência.”

Nos dois casos – no abrigo e no complexo psiquiátrico –, havia outro dado relevante a ser constatado, que os internados acabavam sendo semelhantes demais, pois havia somente pacientes psiquiátricos no complexo e jovens com problemas familiares no abrigo. Sendo o traço semelhante acentuado e agravado toda vez que alguém generalizava isso e reduzia e simplificava a questão clínica, assim como o manejo institucional, à percepção tão superficial e universalista. O internamento, nesses casos, parecia favorecer essa cristalização, na medida em que restringia e/ou impossibilitava a circulação por outros espaços e o convívio com outros discursos.

Outra marca comum, em alguns casos, era a ausência de estranhamento, de reflexão e de ponderação nas situações. Sendo a apatia e a desafetação aspectos fortemente presentes no complexo psiquiátrico, e certa naturalização, frequente no abrigo.

O isolamento gerado pelo cerceamento da liberdade, as empobrecidas trocas sociais, o cotidiano administrado e a tentativa de ‘assepsia’ subjetiva pareciam denotar a dificuldade de

reconhecimento e de respeito à diferença que o outro apresenta; e isso me fez lembrar da questão do perigo real que a castração representa.¹⁰¹

Nesse sentido, aproximei a caracterização feita até agora da identificação constituinte das massas, visto que esse estado de coisas testemunhava de um funcionamento aos moldes do ‘grupo psicológico’, no qual se verifica o rebaixamento do senso crítico, a subserviência generalizada, a segregação do diferente – no caso, o paciente – e a existência de uma dimensão amorosa não sensual¹⁰² – amor à norma, ao universal ou, mesmo, à burocracia.¹⁰³

Atentamos para uma questão fundamental em meio a isso que é o fato desse processo não se dar sem a participação de cada profissional. De forma nenhuma se tem um mecanismo unilateral, imposto, que acontece sem o consentimento dos profissionais. Cada funcionário ratifica, na sua esfera mais íntima, esse estado de coisas, colocando-se como suporte, a favor da manutenção da massa. E, embora verifiquemos a submissão e a condescendência de cada um à maioria – que indicam a falta de protagonismo do sujeito –, podemos apostar numa atividade, justamente por ser na esfera pulsional que se apresentam essas questões referentes à conduta social.

Conforme pontua Stevens (2005, p. 27, grifo nosso), a visada psicanalítica revela que “toda instituição funciona com base em um ou mais traços de identificação que a caracterizam, e que podem sempre se prestar à constituição de um ideal”. A idealização e a totalização parecem, portanto, sempre se mostrar como ameaças iminentes, que existem latentes como potencialidades subjacentes às instituições.

Por isso urge fazer incidir o dispositivo discursivo da psicanálise nesses locais, uma vez que este visa ao sujeito singular e respeita a castração; de modo que assim se pode fazer frente à “sedução totalitária”,¹⁰⁴ se pode fazer furo no discurso generalista. Di Ciaccia (2005, p. 23) aponta para a necessidade de a instituição funcionar levando em consideração a estrutura do inconsciente, e, nesse sentido, enfatiza a urgência de “favorecer [na instituição] os giros do que Lacan chamou os quatro discursos”.

Os exemplos trazidos nos fizeram atentar para o perigo das concepções universalizantes e reducionistas. Muito embora saibamos que não existe um determinismo no

¹⁰¹ Conforme comentado anteriormente nessa dissertação – no item sobre a dinâmica pulsional. Mais informações em Alberti, 2005.

¹⁰² Como Freud distinguiu em 1921.

¹⁰³ Tudo aquilo que se refere ao campo do ideal.

¹⁰⁴ Expressão utilizada por Calligaris, 1991.

qual seja possível prever os efeitos disso em cada sujeito/paciente, fica a importante ressalva da psicanálise para os riscos dessa suscetibilidade ao discurso impessoal, discriminatório e totalizante.

Encerrando as considerações dessa dissertação, proponho rapidamente uma aproximação entre o que Arendt nomeou de banalidade do mal e o que Lacan situou como a dimensão da pastoral. Tal proposição despontou somente ao fim da pesquisa e da escrita, como decantação da investigação aqui empreendida.

Uma aproximação dessa natureza nos parece válida até mesmo em função do campo semântico do significante “pastoral”,¹⁰⁵ que nos faz pensar num retorno ao arcaico, num recuo ao bucólico, trazendo essa dimensão de recuo na relação portanto.

A “esperança colocada numa natureza”¹⁰⁶ parece se oferecer como saída ao mal-estar na medida em que proporciona uma relação ingênua, inocente e pura com o Outro. Sendo a identificação um dos mecanismos de sustentação desse tipo de vinculação. E talvez seja justamente nesse sentido que a dimensão da pastoral se aproxime da banalidade do mal. Lacan, porém, faz uma advertência: algo sempre resiste a ser completamente assimilado e subsumido¹⁰⁷ – sendo esse *algo*, a pulsão.

¹⁰⁵ Aquilo que remete, segundo o dicionário Caldas Aulete, à vida campestre e, também, ao pastor. (cf. <http://aulete.uol.com.br/pastoral>)

¹⁰⁶ Cf. Lacan, 1959-60/1997, p. 113

¹⁰⁷ *Ibid.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mobilizada com determinadas situações de trabalho, encaminhei essa dissertação a partir do desejo de investigar e problematizar a posição daqueles profissionais que tomavam a instituição ou o cargo público como um fim em si mesmo, deixando o cuidado com os pacientes para o segundo plano.

Embora não seja possível generalizar, percebemos que existiam certas atitudes semelhantes nas duas instituições mencionadas, apesar de toda a diferença entre elas. Sendo interessante destacar o contexto em comum: ambas eram instituições públicas, que recebiam uma clientela com frágeis vínculos sociofamiliares e serviram de residência para os internados – moradia definitiva na maioria dos casos do complexo manicomial e temporária no caso do abrigo. Nas duas, pude notar que os internados pareciam bastante suscetíveis ao discurso institucional – especialmente os pacientes do complexo psiquiátrico, que apresentavam empobrecimento subjetivo significativo, certamente agravado em razão da privação de liberdade e da ruptura com a pluralidade discursiva do mundo, além de sua condição psicótica.

Situações de omissão profissional também não eram incomuns, nas quais a responsabilidade dos técnicos se diluía no anonimato. Percebi certa generalização e massificação dos cuidados, o que dificultava as tentativas de atenção individualizada e as iniciativas que levavam em consideração as singularidades. Grosso modo, parecia existir, nessas vezes, uma busca por controle e uniformidade, provavelmente no intuito de facilitar, organizar e simplificar o manejo da coletividade.

A questão, então, tinha a ver com o tipo de acolhida e de cuidado oferecidos, mais do que com o internamento ou a instituição em si. Associado à enorme resistência para considerar o caso a caso, notei com frequência um funcionamento letárgico. E, embora houvesse condições de se distinguir o posicionamento individual dos profissionais, também era possível perceber que certas atitudes se consolidavam provavelmente porque se estava num coletivo.

Lembremos que Freud (1921) havia sustentado que as massas visavam à uniformização, não sendo isso uma excepcionalidade. Ou seja, ele não apenas notou e descreveu o funcionamento da psicologia das massas – sinalizando, por exemplo, que o todo

(o grupo) era diferente da soma das partes –, como também mostrou que essa dinâmica específica estava arraigada no social.

Retomando nossas descrições, no complexo psiquiátrico não havia muita distinção entre os acontecimentos, e tudo parecia igual e sem importância, como, por exemplo: uma infestação de piolhos; ou as grades nas janelas; a livre circulação de pombos e gatos pelo refeitório; os casos de negligência médica; algumas instalações capengas e precárias; a escassez de verba e ambulância; ou mesmo a morte de pacientes por causas estranhas que não eram investigadas etc. Nessas situações, era comum ouvir em uníssono de muitos funcionários um “faz parte” ou “é assim mesmo”. Os acontecimentos tinham se tornado corriqueiros, banais e nada mais surpreendia. Poucos se espantavam ou estranhavam a ‘rotina’. Tudo parecia ter sido engolido por uma ‘onda’ gigante de desafetação e apatia. E foi por isso que recorri à noção de banalidade do mal, enquanto categoria que pudesse situar e dar nome a essa situação.

Embora entendendo que certa adaptação e resignação sejam sempre necessárias – pois, na perplexidade, não se consegue trabalhar, se fica paralisado –, cabe ponderar até que ponto o profissional caminha na direção do conformismo. E o que eu constatava frequentemente era certo exagero nesse posicionamento; constituindo um movimento voltado a manter tudo como estava e a não interrogar as práticas, reproduzindo viciada e impensadamente rotinas. Parecia comum o corporativismo e o não querer saber das consequências; de modo que tudo isso me fazia questionar a posição dos profissionais envolvidos. Perguntava-me o que levava tantas pessoas a participarem de realidade tão impessoal, burocrática e mecânica, a ponto disso produzir descaso, negligência e desassistência?

O contato com tal imobilismo institucional e tal assepsia das emoções, juntamente com o percurso de aprofundamento teórico do mestrado, levaram-me a investigar o terceiro tipo de identificação apontado por Freud, a identificação histórica/massa, por ela mostrar-se como uma defesa em grupo contra a diferença. Foi, então, que propus a aproximação entre os fenômenos da identificação nos grupos, da não implicação subjetiva e da banalidade do mal. Afinal, Freud fora sensível à questão do que somos capazes de fazer em nome da manutenção de grupos coesos; do que podemos vir a fazer pela via da identificação e da idealização. Ele alertou para a situação que as massas forjam, tornando seus membros onipotentes e irresponsáveis graças ao artifício de fazer 'desaparecer' a castração.

Em outras palavras, frente à dificuldade de lidarmos com a diferença radical que é o Outro, existe sempre a possibilidade de recuarmos, de evitarmos o enfrentamento disso, de

tentarmos apagar a dimensão desafiadora da alteridade. E a homogeneização dos lugares e das relações parece servir a esse propósito, tratando-se de uma tentativa de silenciar essa diferença ruidosa por meio da neutralização, da suspensão dos efeitos da castração.

Parece que, na dificuldade de aceitar o outro em sua imprevisibilidade, pluralidade e contraditoriedade, podemos reduzi-lo frequentemente a poucos traços, a uma identidade fixa e/ou, dentro das instituições, tentamos gerir integralmente a sua vida. Nesse último caso, o saber médico e a instituição passam a prestar-se à totalização dos cuidados. Isso denota nossa facilidade para tomarmos a parte pelo todo, para generalizarmos.

Observando as práticas aqui descritas e entrelaçando *Psicologia de grupo e análise do ego* com *Eichmann em Jerusalém*, pude formular a seguinte hipótese explicativa: de que o funcionamento/modo de agir nomeado como banalidade do mal talvez fosse bastante comum às neuroses, mostrando-se um encaminhamento inconsequente das questões que nos acoçam, o que denota nossa tamanha dificuldade para lidar e aceitar a castração, fazendo-se presente, também, nas instituições.

Afora isso, o desenrolar dessa pesquisa me levou ainda a suspeitar de que talvez fosse plausível aproximar a banalidade do mal da dimensão da pastoral lacaniana – hipótese que precisa ser verificada e aprofundada em trabalhos futuros –, pois, conforme afirma Lacan,¹⁰⁸ a dimensão da pastoral serve de recurso ao mal-estar, no sentido de se estabelecerem vínculos parcimoniosos com os outros, proporcionando a economia da experiência através de uma relação ingênua com a lei e com o Outro. Nos casos trazidos, o assistencialismo e as práticas padronizadas e generalistas parecem amostras disso, por implicarem uma pretensão de harmonia e um saber a priori – não atravessado pela experiência, pautado pela suposição de que seria possível se conhecer o que é bom para o paciente sem nenhuma troca, sem reconhecer nem validar a alteridade dele. O objetivo disso seria neutralizar a perda que a castração do Outro implica, tomando-se a lei enquanto norma, enquanto diretriz orientadora.

Como substrato desse estado de coisas, percebemos a dificuldade do sujeito para lidar com o desamparo, com a alteridade e com a castração. E foi isso o que buscamos evidenciar e aprofundar ao longo da dissertação toda, bem como as questões aí implicadas, sendo que procuramos apontar as problemáticas e vicissitudes no encaminhamento dessas questões.

É preciso lembrar que a relação do sujeito ao Outro é fundante, sendo constituinte do psiquismo e da socialibilidade, de modo que essa relação é marcada pelos aspectos pulsional e

¹⁰⁸ Cf. 1959/60.

linguageiro, que tornam nossa ligação aos outros, dentre outras coisas, pautada pela dependência, pela hostilidade e pela agressividade. Embora essas sejam questões estruturais, é necessário sempre ponderar que cada um constitui o seu próprio arranjo a partir disso: único, pessoal e intransferível.

Torna-se então patente o enorme equívoco de se considerar os sintomas de forma abstrata e descontextualizada, como se fosse plausível reduzir a complexidade psíquica do ‘fulano’ a um ou poucos traços genéricos, obtendo assim uma identidade fixa e simplificada que pudesse ser generalizada, do tipo: “o” agressivo, “o” abandonado, “o” drogado, “o” psicótico crônico. Quando, na verdade, a realidade transborda e ultrapassa essas esquematizações grosseiras. De modo que o desafio dos profissionais dentro das instituições parece ser: como dar conta do geral sem perder de vista o particular, dando espaço ao singular?

Pontuamos, novamente, que Freud (1921) afirmou que não estamos livres das massas, sendo elas uma potencialidade iminente nas relações sociais, uma “tendência” até. Não nos sendo possível escapar completamente disso, já que todo mundo “partilha de numerosas mentes grupais – as de sua raça, classe, credo, nacionalidade etc.” (1921, p. 163), sendo esta verdadeiramente a “constituição normal da sociedade humana” (idem, p. 149), estabelecida a partir dos modelos de identificação e idealização colocados para cada um.

Sublinhamos, no entanto, assim como o fez Freud, o claro posicionamento do sujeito nas situações de massa, pois, apesar de ser socialmente colocada, essa situação é sempre ‘decidida’ no âmbito mais particular – conforme descrito anteriormente. É assim que concluímos que as condutas social e profissional estão inevitavelmente referidas à esfera pulsional.

Reforçamos, ainda, o que Freud afirmou em 1930: que o convívio é um desafio sempre colocado: por exigir renúncia, negociação, troca e disponibilidade para aceitar e respeitar as diferenças. Sendo assim, quando o coletivo não suporta o singular, quando não tolera a diferença, o contexto se torna intransigente e autoritário, conforme alerta Costa (2001, p. 116). E foi a partir desse entendimento que sustentei a temática dessa dissertação, pois, à medida que os funcionários de uma instituição resistem às mudanças, buscando padronização e operacionalidade impessoal, incorrem no risco de engessar suas práticas e “universalizar as

respostas a essas questões que são os pacientes, como se existisse um saber total e totalizante”. (DI CIACCIA, 2005, p. 24)

Cabe sublinhar a necessidade de cada instituição, de cada equipe inventar soluções para as situações pontuais que lhes aparecem. A cada demanda, então, um sujeito (o profissional) vir a tomar lugar e responder, se responsabilizando pelo posicionamento tomado. Isso significa dizer que é preciso haver estilos de atuação singulares, autênticos, bem como é preciso haver a circulação desses estilos. Parece que somente assim se pode evitar o engessamento do discurso antecipador, a cristalização das práticas nessas instituições de internamento e a conseqüente fixação do lugar do paciente.

Di Ciaccia (2005) resume isso nos convocando ao desafio necessário de transmitir um desejo, dentro das instituições, que não seja anônimo e que porte, ao contrário, uma particularidade impossível de ser resolvida no universal do ideal.¹⁰⁹ O que parece estar perfeitamente afinado ao que se propõe como prática no campo da saúde em geral – da chamada humanização da saúde,¹¹⁰ que é herdeira da discussão e das mudanças empreendidas no modelo psiquiátrico clássico de assistência –, conforme sintetiza a citação a seguir:

A política de Humanização em Saúde deve ser um instrumento de transferência de um poder centralizado, que envolve naturalmente risco e responsabilidade, para um poder compartilhado, no qual diferentes instâncias – profissionais, pacientes e gestores – possam sustentar o delicado processo de prevenção e assistência. (REIS; MARAZINA; GALLO; 2004, impresso.)

É preciso, então, favorecer a potência do encontro e da troca, não generalizando nem antecipando o lugar do paciente, para evitar, com isso, que traços se precipitem de forma acéfala e automática; além de ser necessário se fazer a aposta contínua de que há uma singularidade no acontecer psíquico e que essa precisa ser convocada.

¹⁰⁹ Cf. Di Ciaccia, 2005, p. 22.

¹¹⁰ Trata-se de um texto interessante e importante em que Reis, Marazina e Gallo (2004) discutem o prejuízo da lógica instrumental para a assistência – entendendo essa lógica instrumental como aquela do “profissional médico como possuidor de uma verdade inquestionável sobre a doença”, que verdadeiramente anula qualquer possibilidade do paciente saber dizer algo sobre o seu mal-estar – e propõem a humanização como política eficaz no combate à inércia e à verticalização. (Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000300005)

REFERÊNCIAS

ALBERTI, S. A perversão, o desejo e a pulsão. *Rev. Mal-Estar Subj.* v.5, n.2, p. 341-360 2005. [Online]. Disponível em: <http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482005000200008&lng=pt&nrm=iso>. <<http://ojs.unifor.br/index.php/rmes/article/view/1532>>. Acesso em: 30 set. 2010.

ARENDT, H. (1964). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AZEVEDO, F. F. dos S. *Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins/thesaurus*. 2.ed. atual. e revista. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

BUENO, A. de F. V. *Traços de família: a identificação em Freud*. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2002.

BURGARELLI, C. G. Sobre o sujeito da psicanálise. *Estilos clin.*, v.12, n.23, p. 214-223, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282007000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2010. ISSN 1415-7128.

CALLIGARIS, C. *Perversão: um laço social?* Conferência realizada em Salvador, Bahia. 1986. 11p.

_____. A sedução totalitária. In: ARAGÃO, L. T. de et al. *Clínica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991.

COSTA, A. M. M. da. Memórias: pessoalidade e impessoalidade na representação de sujeito. *Rev. Ágora*, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 41-50, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982000000200002&script=sci_arttext>.

_____. *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

COSTA-MOURA, F. A psicanálise é um laço social. In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A.C. (Org.). *Psicanálise e saúde mental: uma aposta*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. p. 149-153.

CRUGLAK, C. *Clínica da identificação*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

DIAS, M.G.L.V. *Identificação e enlaçamento social: a importância do fator libidinal*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009.

DI CIACCIA. A criança e a instituição. In: ALTOÉ, S.; LIMA, M. M. de (Org.). *Psicanálise, clínica e instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005. p. 19-24.

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (Coleção Passo-a-Passo).

FERNANDES, F. L. *Psicanálise e laço social*. Documento interno de trabalho do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica. Rio de Janeiro, 2005. Mimeografado.

FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FRANCA NETO, O. Identificação e culpa: questões éticas contemporâneas. *Rev. Ágora*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 95-106, 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982005000100007&lng=en&nrm=iso>.

FREUD, S. *Projeto de uma psicologia* [1895]. Tradução Osmyr Faria Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* [1908]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v.9. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. *Totem e Tabu*. [1913]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. *Pulsões e destinos da pulsão* [1915]. In: _____. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. *Luto e melancolia* [1917]. In: _____. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. Além do princípio de prazer [1920]. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (L. A. Hanns, coord. de trad., vol. 2, pp. 123-198 [tradução direta do alemão]).

_____. *Além do princípio de prazer* [1920]. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 2003. 84p.

_____. Psicologia de grupo e análise do ego [1921]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

_____. O Eu e o Id. [1923]. In: _____. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

_____. O problema econômico do masoquismo. [1924]. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

_____. *Mal-estar na civilização*. [1930]. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. A dissolução do complexo de Édipo [1924]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise – XXXII: Angústia e vida pulsional. [1932-33]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 22. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FUKS, B. B. O pensamento freudiano sobre a intolerância. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.59-73, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n1/05.pdf>. ISSN 0103-5665>.

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana: sobre as afasias (1891): o projeto (1895)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. v. 1.

_____. *Introdução à metapsicologia freudiana: a interpretação do sonho (1900)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. v. 2.

_____. *Introdução à metapsicologia freudiana: artigos de metapsicologia (1914-1917)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. v. 3.

GARCIA-ROZA, L. A. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. 7.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *O mal radical em Freud*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GUIMARÃES, V. C.; CELES, L. A. M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.23, n.3, p. 341-346. Jul.-set. 2007, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n3/a14v23n3.pdf>>.

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu [1949]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O seminário, livro 7: a ética na psicanálise [1959-60]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano [1960]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise [1964]*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A ciência e a verdade [1965-1966]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAPLANCHE, J. *Vocabulário da psicanálise*. 4.ed. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE BON, G. *Psychologie des foules* (1895) apud FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego [1921]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

MAURANO, D. Um estranho no ninho ou a psicanálise na universidade. In: JORGE, M. A. C. *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

MELMAN, C. *A crença*. (Conferência realizada em Reims em 1997). Tradução de Fernando Tenório. Publicado originalmente no Bulletin da Association freudienne internationale no 84,

setembro de 1999. Disponível em:

<<http://www.tempofreudiano.com.br/artigos/detalhe.asp?cod=14>>.

MEZAN, R. Freud, o pensador da cultura (1990) apud GUIMARÃES, V. C. ; CELES, L. A. M. O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.23, n.3, p. 341-346, jul.-set. 2007.

MEZAN, R. *Freud: A trama dos conceitos*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

MILLOT, C. *Freud antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

REIS, A. O. A.; MARAZINA, I. V.; GALLO, P. R. A humanização na saúde como instância libertadora. *Saude soc.*, São Paulo, v.13, n. 3, p. 36-43, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000300005&lng=en&nrm=iso> ou <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000300005>>. Acesso em: maio 2013. ISSN 0104-1290.

RINALDI, D. *A ética da diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Jorge Zahar, 1996.

_____. *Do demoníaco à banalidade do mal*. Trabalho apresentado na Reunião Lacanoamericana de Psicanálise do Recife (20/09 a 2/10/2001). Disponível em: <<http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/art074.htm>>.

_____. *O traço da identificação*. Disponível em:

<http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/doris_rinaldi/>; <<http://ebookbrowse.com/doris-rinaldi-o-traco-identificacao-2-rtf-d29776201>>.

SOUKI, N. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

STENNER, A. da S. A identificação e a constituição do sujeito. *Psicol. cienc. prof.* v.24, n.2, p.54-59. jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2010.

STEVENS, A. O Courtil: uma escolha. In: ALTOÉ, S.; LIMA, M. M. (Org.). *Psicanálise, clínica e instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005.

TENÓRIO, F. *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.

VALAS, P. *As dimensões do gozo: do mito da pulsão à deriva do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

VALLEJO, A. *Lacan: operadores da leitura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Sites consultados:

<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/09/29/as-duas-faces-da-colonia-juliano-moreira-767822113.asp>>.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Banalidade do Mal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Banalidade_do_Mal)>.

<<http://www.sms.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexview.htm?editionsectionid=165>>.

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/reportagem-psiquiatria-sem-preconceito>>.

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1807201116.htm>>.

<<http://rioonwatch.org.br/?p=5526>>.

<<http://www.cartacapital.com.br/cultura/filme-hannah-arendt-retrata-polemica-filosofa-alema/#.UX-4PaK5WsE.facebook>>.

<<http://www.scribd.com/doc/6869828/Gabriel-Garcia-Marquez-So-vim-telefonar>>.

<<http://www.dicionariodoaurelio.com>>.

<<http://michaelis.uol.com.br/>>.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pari passu](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pari_passu)>.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Gustave Le Bon](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gustave_Le_Bon)>.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Mein Kampf](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mein_Kampf)>.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Homo_homini_lupus>.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Asinaria>>.

<<http://cartasvivas.blogspot.com/2005/08/cronologia-das-prodies-de-lacan-em.html>>.

<<http://www.brunocunha.com/blog/?p=455>>.